



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.**

MARIA DOS REMÉDIOS NERES TAVARES

ESTUDOS SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

**PALMAS - TO
2019**

MARIA DOS REMÉDIOS NERES TAVARES

ESTUDOS SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Tocantins para obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. MSc Railene de Souza Veloso

PALMAS - TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N444e Neres Tavares, Maria Dos Remédios.
Estudos Sobre as Privatizações na Década de 1990. / Maria Dos Remédios
Neres Tavares. – Palmas, TO, 2019.
80 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2019.
Orientadora : Railene de Souza Veloso

1. As Privatizações na década de 1990. 2. Welfare State. 3. Neoliberalismo.
4. Consenso de Washington. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA DOS REMÉDIOS NERES TAVARES

ESTUDOS SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. M.e. Railene de Souza Veloso.

Data de aprovação 16 / dezembro / 2019

Banca Examinadora:

Railene de Souza Veloso

Professora M.e. Railene de Souza Veloso
Orientadora – UFT

Joaquín E. M. Cifuentes

Professor Dr. Joaquín Eduardo Manchola Cifuentes
Membro Convidado – UFT

Fernando Jorge Fonseca Neves

Professor M.e. Fernando Jorge Fonseca Neves
Membro Convidado – UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado até o final deste trabalho, à prof^a MSc Railene de Souza Veloso pela orientação, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), e a todos os meus familiares e amigos que, de alguma forma colaboraram para a execução deste trabalho, principalmente a minha mãe Maria Félix Neres Tavares e Danilo Alves Noletto, pelo incentivo, apoio e compreensão, à minhas amigas Fernanda Neres de Araújo e Thayís Costa Veloso, pela ajuda e amparo em momentos difíceis. À todas as pessoas que participaram direto e indiretamente na elaboração deste trabalho.

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Félix Neres Tavares, e Danilo Alves Noletto, pelo incentivo, apoio e compreensão.

RESUMO

O estudo vai discutir o contexto das Privatizações na década de 1990, nos governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A discussão faz uma introdução de autores clássicos, que possuíam uma ideia de Estado Mínimo e maior liberdade econômica de mercado, como Adam Smith, e J. Stuart Mill. A teoria econômica de bem-estar social, com a aplicação das ideias keynesianas, seguido do *Welfare State*, foram fundamentais para a recuperação da economia de alguns países como o Estados Unidos, França, e países europeus. A ideia do Estado interventor, foi de suma importância para o processo de criação e desenvolvimento da industrialização brasileira. Visando a implantação e desenvolvimento da industrialização, e redução da dependência das importações, foram criadas as Estatais brasileiras, desenvolvendo setores como a siderurgia, minérios, elétrico. A Constituição Cidadã de 1988 deu proteção ao subsolo brasileiro, protegendo os setores estratégicos da economia, no entanto a lei não conseguiu barrar a proliferação do neoliberalismo, disseminado no Consenso de Washington. As privatizações foram realizadas com grande força no Governo de Fernando Henrique Cardoso, visando o controle da dívida externa, e implantação do Plano Real. A discussão foi realizada com as principais empresas dos setores estratégicos privatizadas no período estudado.

Palavras-Chaves: Privatização, Estado, Neoliberalismo, Welfare State, Estatais, Consenso de Washington.

ABSTRACT

The study will discuss the context of Privatizations in the 1990s, under the governments of Fernando Collor de Melo, Itamar Franco and Fernando Henrique Cardoso. The discussion introduces classical authors who had an idea of Minimum State and greater economic freedom of the market, such as Adam Smith and J. Stuart Mill. The economic theory of social welfare, with the application of Keynesian ideas, followed by the welfare state, were fundamental for the recovery of the economy of some countries such as the United States, France, and European countries. The idea of the intervening state was of paramount importance to the process of creation and development of Brazilian industrialization. Aiming at the implementation and development of industrialization, and reducing dependence on imports, the Brazilian state-owned companies were created, developing sectors such as steel, ores, electric. The Citizen Constitution of 1988 protected the Brazilian subsoil, protecting the strategic sectors of the economy, but the law failed to block the proliferation of neoliberalism, widespread in the Washington Consensus. The privatizations were carried out with great force in the Fernando Henrique Cardoso Government, aiming at controlling the external debt and implementing the Real Plan. The discussion was held with the main companies of the privatized strategic sectors during the study period.

Keywords: Privatization, State, Neoliberalism, Welfare State, State-owned, Washington Consensus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A trajetória de prioridades do BNDES de 1950 a 2010.....	31
Quadro 1: Classificação das empresas estatais passíveis de privatização	41
Gráfico 1: Divisão da USIMINAS após a privatização.....	42
Gráfico 2: Divisão da CSN após a privatização	47
Gráfico 3: Divisão da CVRD após a privatização	55
Gráfico 4: Percentual de domicílios com Telefone (área da Telemar) de 1997 a 2001	61
Figura 2: Estrutura da Telebrás e sua participação acionária nas subsidiárias	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Privatizações no governo Collor (1990-1992)	39
Tabela 02: A composição acionária (em %) da Usiminas antes da privatização	41
Tabela 03: Privatizações do governo Itamar (1992-1994)	44
Tabela 04: Privatizações do primeiro governo FHC (1995-1998)	52
Tabela 05: Leilão de privatização do STB — julho de 1998	60

LISTA DE ABREVIATURAS

Acesita – Cia Aços Especiais Itabira
Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.
Açominas – Aço Minas Gerais S.A.
ADRs – American Depositary Receipts
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ASA – empresas Americanas de aviação Regional
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CBE – Companhia Brasileira de Estireno
CBP – Companhia Brasileira de Poliuretanos
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
Celma – Companhia Eletroeletrônica Celma
CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste
CQR – Companhia Química do Recôncavo
CNA – Companhia Nacional de Álcalis
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CPC – Companhia Petroquímica de Camaçari
Codesp – Tecon - Companhia Docas do Estado de São Paulo
Copene – Companhia Petroquímica do Nordeste
Copersul – Companhia Petroquímica do Sul
Coperbo – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista
Cosinor – CIA.Siderurgica Do Nordeste
Contel – ConTel Corporation (Continental Telephone)
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência

EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fosfértil – Fertilizantes Fosfatados
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNT – Fundo Nacional de Telecomunicações
Gerasul – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
Goiásfértil – Goiás Fertilizantes S.A.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JK – Juscelino Kubitschek
Light – Serviços de Eletricidade S.A.
NEPAR – Nordeste Energia Participações S/A
MAER – Ministério da Aeronáutica brasileira
MCI – Máquinas para Indústria de Alimentos
PAI – Programa de Ação Imediata
PEC – Propostas de Emendas Constitucionais
PIB – Produto Interno Bruto
Previ – Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PKBD – Klapp, Brinckerhoff & Douglas
PNB – Produto Nacional Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PND – Plano Nacional de Desestatização
PPH – Companhia Industrial de Polipropileno
Proálcool – Programa Nacional do Álcool

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A

RJ – Rio de Janeiro

SNBP – Serviço de Navegação da Bacia do Prata

SNT – Sistema Nacional de Telecomunicações

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

Telebras – Sistema de Telecomunicações Brasileiras S. A.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Ultrafertil – Ind. E Com. De Fertilizantes S.A.

Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA	5
3. OBJETIVOS	5
3.1. O objetivo geral:	5
3.2. Os objetivos específicos:	5
4. METODOLOGIA.....	6
5. REFERENCIAL TEÓRICO	7
5.1. DEFENSORES DO ESTADO MÍNIMO	7
5.2. A Intervenção do Estado e o Welfare State	11
5.3. O Neoliberalismo.....	17
6. A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	21
6.1. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	25
6.2. A Criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	28
6.3. A Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	30
6.4. Usinas Siderúrgicas De Minas Gerais (Usiminas)	32
6.5. A Criação Do Sistema De Telecomunicações Brasileiras S. A (Telebras)	33
6.6. A Criação da Empresa Brasileira De Aeronáutica S.A. (Embraer).....	34
7. RESULTADOS E DISCURSSÃO.....	36
7.1. A DÉCADA DE 90 - O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO.....	36
7.1.1. Privatizações no Brasil	36
7.1.2. Privatizações No Governo Fernando Collor De Melo (1990-1992).....	38
7.1.2.1. A Privatização Da Usinas Siderúrgicas De Minas Gerais S.A (Usiminas)	40
7.1.3. Privatizações No Governo Itamar Franco (1992-1994)	44
7.1.3.1. A Privatização Da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	44
7.1.3.2. A Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A (Embraer)	47
7.1.4. Privatizações No Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).....	50
7.1.4.1. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	53
7.1.4.2. A Privatização Do Sistema Telebrás	56
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
9. REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

O tema privatização é um assunto sempre em pauta, desde 1970, quando as políticas neoliberais ganham um novo formato na economia internacional. Ideias neoliberais é uma tendência disseminada por Margareth Tachear no final da década de 70, na Inglaterra, e Reagan no início da década de 80 nos Estados Unidos.

Anteriormente ao período neoliberal, as ideias keynesianas de intervenção do estado para promover o bem-estar social, a busca pelo pleno emprego, predominavam. Experiência de construção de uma estrutura institucional de proteção social no Brasil no período marcado pelo desenvolvimentismo econômico de 1930 ao final da década de 1970. Keynes defendia a intervenção do Estado para assegurar a ascensão do sistema capitalista.

Segundo Agnes *et al* (2010)

O Estado do bem-estar social representou uma ruptura dos alicerces que tradicionalmente o fundamentavam, ou seja, coube ao Estado, uma intervenção efetiva nos setores econômico, social e cultural, no sentido de construir uma comunidade solidária, na qual, o poder público tem a tarefa de propiciar a incorporação dos grupos sociais aos benefícios da sociedade contemporânea. (AGNES *ET AL*, 2010, P. 02)

A partir do Consenso de Washington os países em desenvolvimento foram orientados a aderir as ideias contidas no acordo em 1989, entre elas as privatizações, visando a abertura econômica dos países periféricos. Nos dias de hoje as privatizações são debatidas pela academia, sociedade e gestores públicos, dentro da economia, como solução e controle da inflação e ao mesmo tempo o crescimento econômico mantendo as regras do estado mínimo.

A privatização foi uma opção encontrada para transferir responsabilidades através da alienação das estatais para o setor privado. Virou manchete na década de 1990 com o presidente Fernando Collor de Melo, dando abertura para Fernando Henrique Cardoso fazer história, com a implementação das ideias neoliberais no Brasil, propagadas pelo Consenso de Washington, este tinha como objetivo a abertura econômica das economias dos países periféricos, gerando um vasto programa de privatizações.

Grande parte das privatizações que aconteceram na década de 1990 se deram com o argumento de enxugamento das contas públicas além de redução dos custos da dívida pública. No entanto, era insustentável que as privatizações tivessem efeitos de melhoria sobre as contas públicas, devido, os déficits produzidos nas transações em conta correntes e as taxas de juros elevadas para atrair reservas internacionais de modo a propiciar lastro ao Real produziam dois

efeitos: Pressionavam o balanço em conta corrente e criavam expectativas de desvalorização do Real e eminência de fugas de capital; e juros elevados significava crescimento da dívida do governo, a ponto das quantias relativas as entradas de recursos oriundos das privatizações escassem como serviços da dívidas.

O cenário macroeconômico, conforme estava montado não permitia que os recursos oriundos das privatizações resolvessem as contas públicas, mas, que constituíssem tão somente entrega para as empresas privadas. A privatizações tornou-se mera forma de reorganização patrimonial, possibilitando que o capital privado assumia a propriedade de mais unidades produtoras de lucro. Sendo assim, os objetivos dessas empresas passam a ser meramente, produzir lucro, antes era, gerar condições para reduzir custos e propiciar aumentos na taxa de lucro para todo o resto da economia.

Dentre as empresas privatizadas no governo de Fernando Collor, será discutido o caso da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas), privatizada em 24/10/1991. A empresa faz parte do setor siderúrgico, no qual faz parte a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), privatizada em abril de 1993, no governo de Itamar Franco, e a Companhia Vale do Rio Doce CVRD, privatizada em maio de 1997 com Fernando Henrique Cardoso na presidência, nos dias atuais possui o nome de Vale.

No setor de aviação foi realizado a privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Embraer em dezembro de 1994. No setor de telecomunicações foi privatizado o sistema Telebras em julho de 1998. Essas foram as empresas escolhidas para serem discutidas neste trabalho, representando os principais setores estratégicos da economia.

Nesse sentido, o presente trabalho busca discutir o contexto das privatizações no Brasil na década de 1990, fazendo um comparativo entre os três governantes da época, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como, porque e até onde as privatizações influenciaram na economia brasileira na década de 1990, e porque este tema é tão debatido até os dias atuais.

A discussão é composta por 8 partes, a introdução representa a 1º parte, seguido dos objetivos do trabalho em 2º, a exposição das metodologias que serão utilizadas em 3ª. A 4º parte, segue uma análise de revisão de literatura, no qual vai expor sobre o papel do Estado na economia, com uma breve discussão sobre primeiros defensores do Estado Mínimo, intervenção do Estado e o Welfare State, ideias neoliberais. O 5º tópico será sobre a criação das estatais brasileiras, no 6ª

tópico será descrito a década de 1990, e o processo de privatização, logo após vem a conclusão e a referências.

2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

A questão que norteia o trabalho é: Quais as características das privatizações brasileira na década de 1990?

Diante desse contexto, este trabalho justifica por falar de uma década de grande relevância para o Brasil, que determinou o rumo da economia do país. E por ser um tema debatido até os dias atuais, dividindo opiniões de especialista e da sociedade como um todo. Apesar de muito debatido, possui poucos estudos que abrange os principais setores estratégicos da economia brasileira.

3. OBJETIVOS

3.1. O objetivo geral:

Analisar as características das privatizações brasileira na década de 1990, por se tratar de empresas tão importantes de diferentes setores estratégicos, contemplando se os objetivos pleiteados foram alcançados, ou se configurou apenas transferência de patrimônio público para o privado nos moldes do sistema capitalista.

3.2. Os objetivos específicos:

- Descrever como se deu a privatizações no Brasil na década de 1990;
- Discutir as principais perspectivas sobre a intervenção do Estado na economia;
- Abordar o processo de criação das principais empresas estratégicas que compõe o setor produtivo estatal;
- Analisar os efeitos das privatizações na economia brasileira realizadas durante a década de 1990

4. METODOLOGIA

O conceito de método segundo Gil (2008) pode ser definido “[...]como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (GIL, 2008, P.08).

Gil (2008) explica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas”, (GIL, 2008, P. 50).

Neste trabalho foi realizado uma análise qualitativa para descrever os processos de privatizações, passando por uma revisão bibliográfica com base em dados históricos retirados de livros, artigos, documentos oficiais, dissertações, dentre outros.

Foram utilizadas literaturas de escritores renomados como, Adam Smith, J. Stuart Mill, John Maynard Keynes, Nilson de Araújo Souza, David Harvey e Armando Castelar Pinheiro, entre outros, para dar um melhor embasamento teórico conceitual ao estudo desenvolvido.

A coleta de dados foi feita em artigos, teses e dissertações, em sites institucionais, um site que bastante explorado foi o do BNDES, que contém boa memória de dados da economia do país.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. DEFENSORES DO ESTADO MÍNIMO

Adam Smith foi o primeiro autor da escola clássica a escrever sobre a concepção de Estado, a liberdade econômica do setor privado com a não intervenção ou pouca intervenção do governo. Segundo Hunt (2013), a ideia smithiana era que o Estado devia ter como objetivo garantir a segurança a propriedade, defender o rico do pobre, ou defender os que tem alguma propriedade daqueles que não possui nenhuma.

Hunt (2013) destaca que a abordagem smithiana segue as doutrinas econômicas socialmente conservadora, no qual em uma economia de mercado concorrencial, “*laissez-faire* capitalista, o livre mercado dirigia todos os atos egoístas, aquisitivos e voltados para o lucro para um sistema óbvio e simples, socialmente benéfico e harmonioso, de liberdade natural”. (HUNT, 2013, P.103). Defendendo este argumento, segundo Smith:

O estadista que tentasse orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seu capital não somente se sobrecarregaria com uma preocupação altamente desnecessária, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não pode ser confiada nem a uma pessoa individual nem mesmo a alguma assembleia ou conselho, e que em lugar algum seria tão perigosa como nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficientes para imaginar-se capaz de exercer tal autoridade. (SMITH, 1996, P.438).

De acordo com Smith (1996), o indivíduo que está fomentando o comércio nacional, em busca de melhores lucros para si, proporcionando maiores rendas à sociedade mesmo não sendo seu objetivo, possuía mais conhecimento do que o Estado, e aplica o seu capital onde tem mais probabilidades de alcançar maiores retornos.

O Estado, segundo a abordagem smithiana estudada por Hunt (2013), tinha 3 funções principais:

Primeiro, de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, a função de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da Justiça; e, por fim, a função de fazer e conservar certas

obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam estes indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo (HUNT, 2013, P 103).

Os mercados estando em livre concorrência empregam seus capitais em setores que forem mais produtivos, como também realizariam por meio da mão invisível¹ na qual realiza maximização egoísta do lucro investimentos em setores úteis que produzem mercadorias que as pessoas mais necessitavam para o seu consumo, pois segundo Smith (1996):

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1996, P.74).

Para que o indivíduo consiga algo que necessita, precisa despertar o desejo de outrem com algo que possua, criando então o clima de troca entre ambos.

Smith (1996) expõe que certas interferências governamentais são necessárias quando se trata da proteção de áreas estratégicas, e atividades necessárias para a defesa do comércio nacional. O autor coloca como exemplo a Grã-Bretanha, que depende segundo ele:

Muito do número de seus marujos e navios. Por isso, a lei sobre a navegação, com muita propriedade, procura assegurar aos marinheiros e à esquadra britânicos (*sic*) o monopólio do comércio de seu próprio país; em certos casos, através de proibições absolutas e, em outros, impondo pesadas restrições à navegação de outros países. (SMITH, 1996, P. 444).

Em seu livro IV discutindo sobre sistemas de economia política, precisamente, explicando que se um país possuir dinheiro² e querer comprar uma certa mercadoria, por exemplo, vinho, ele terá à sua disposição o vinho para comprar, da mesma forma, se precisar comprar ouro e prata ele terá à sua disposição ouro e prata para comprar. Demonstrando com plena segurança que o mercado livre sempre garantirá a mercadoria ou o bem de que a sociedade necessita, sem merecer nenhuma atenção especial (SMITH, 1996).

Segundo Smith (1996), a abertura econômica, ao invés de majorar a riqueza do país, ocorre é um aumento de sua riqueza. O autor aponta que se “cada cidade e cada país, na medida em que abriam seus portos a todas as nações, ao invés de serem arruinados por esse comércio livre, como nos induziriam a crer os princípios do sistema comercial, enriqueceram com isso” (SMITH, 1996, P. 474).

¹ Funcionamento sistemático de leis naturais, ou da divina providência.

² Naquela época a moeda de troca era metais preciosos, precisamente ouro e prata, no entanto o ouro e a prata também eram mercadorias.

O capitalista enquanto estiver procurando o melhor ou maior valor para a sua mercadoria, indiretamente aumentará o máximo possível a renda anual da sociedade, promovendo seu próprio interesse o capitalista “é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” (SMITH, 1996, P. 438).

A concepção smithiana, é regada pelas características da escola clássica, onde o mercado se autorregula por meio da mão invisível, a concorrência tem papel importante, pois a liberdade das empresas de entrarem e saírem de determinado ramo controla a oferta e a demanda em um ponto de equilíbrio no qual toda oferta gera sua própria demanda. O mercado possui concorrência perfeita e o governo deve intervir o mínimo possível.

J. Stuart Mill, autor que também faz parte da escola clássica, tal como Smith possui uma perspectiva de Estado Mínimo, no qual em países civilizados o Estado deve apenas cumprir o seu papel de proporcionar a educação, saúde, cobrar tributos.

Mill (1996) dedica parte do estudo para discutir sobre quais são as funções do governo, qual o grau de intervenção do Estado dentro da economia e da vida particular das famílias.

O autor divide as funções do governo em necessárias e opcionais, no entanto, as opcionais não querem dizer que o Estado pode escolher ou não adotar certas funções, mais apenas “quer-se dizer que a conveniência de o governo as exercer não equivale a uma necessidade, sendo um assunto sobre o qual existe ou pode existir diversidade de opinião” (MILL, 1996, P. 370).

As funções necessárias do Estado são aquelas em que o governo assume por conveniência, em que dificilmente é possível restringir a interferência do governo, a não ser por uma regra universal. Tais funções são: reprimir a violência e o crime, fazer leis sobre o cumprimento de contratos, leis sobre herança, pesar e aquilatar moeda, prescrever um conjunto de pesos e medidas padrão, pavimentação, iluminação e limpeza das ruas e vias públicas, construir ou melhorar portos, fazer levantamentos para se ter mapas, e diques para que os rios não extravasem.

As funções opcionais, segundo Mill (1996), são aquelas que ultrapassam os limites das funções universalmente reconhecidas, em que em algum país o governo começou a exercer e continua executando. Existem algumas funções do governo que são consideradas convenientes e que devem ser adotadas pelos países, como aponta:

Primeiramente, os meios adotados pelos governos para conseguir a receita que condiciona a própria existência deles. Segundo. A natureza das leis que os governos prescrevem no tocante aos dois grandes itens, a propriedade e os contratos. Terceiro, as excelências ou falhas do sistema de meios pelos quais os governos geralmente exigem o cumprimento de suas leis, isto é, a justiça e a polícia. (MILL, 1996, P. 374).

A tributação é, segundo o autor, uma função opcional bem conveniente, devido cada país ter sua própria forma de tributar, fazendo uso de diferentes impostos e taxas. Os impostos indiretos são os mais convenientes na Inglaterra, Mill (1996) aponta que:

O que desagrada a um inglês não é tanto a quantia que tem de pagar, mas o ato de efetuar o pagamento. Ele detesta ver diante de si o coletor de impostos, e estar sujeito à sua cobrança peremptória. Além disso, talvez o dinheiro que tem de pagar diretamente de seu bolso seja o único imposto que tem certeza plena de pagar. (Mill, 1996, p. 437).

De acordo com Mill (1996), a doutrina de proteção da atividade nacional em que proíbe importação de mercadorias estrangeiras que podem ser produzidas no país, ou então pela aplicação de taxas alfandegárias para desestimular a economia, foi pregada por falsas teorias. Essas teorias afirmam segundo Mill que “comprar coisas produzidas no país representa um benefício para a nação, e a importação de mercadorias estrangeiras de modo geral é uma perda para a nação” (MILL, 1996, P. 490).

O autor defende do ponto de vista econômico, a importações só ocorrem quando faz bem a nação, em que a sociedade vai adquirir mercadoria com custo menor de trabalho e capital, com a imposição de taxas ou a proibição de importar, seria desperdiçar a oportunidade de comprar mercadorias a um preço menor.

Com relação a proteção das vias fluviais Mill (1996) afirma que a leis da Inglaterra, país exemplo de aplicação de suas teorias, foram criadas em épocas que o país não conseguia competir com os seus rivais, algo que não vem mais ao caso em sua época, podendo então abri os mares para o mercado.

Mill faz importantes conclusões em seu livro Princípios de Economia Política (1848), sobre a liberdade econômica de um país. Segundo o autor supracitado a pessoa tem mais conhecimento para aplicação dos seus recursos do que o governo, pois estão diariamente executando suas funções no mercado, adquirindo informações, possuindo mais probabilidade de alcance dos resultados. Com isso as operações são mais bem-sucedidas quando estão com maior liberdade e menos intervenção.

O autor ressalta algumas funções de suma importância do governo a saber, “a de proibir e punir nos indivíduos aquela conduta que, no exercício de sua liberdade, for manifestamente lesiva a outras pessoas, trate-se do caso de força, fraude ou negligência”, (MILL, 1996, P. 548). Assim como oferecer educação, sem reclamar monopólio da educação, sem oferecer benefícios ou influência para que a sociedade escolha o ensino ofertado pelo governo.

Contudo segundo o autor em questão “o *laissez-faire* deve ser a prática geral; qualquer desvio dessa prática é um mal certo, a menos que isso seja exigido em função de algum bem enorme” (MILL, 1996, P. 522).

Importante ressaltar o contexto histórico das proposições dos autores aqui estudados. Durante a segunda parte do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, as questões econômicas são marcadas por uma economia política assentada no poder da aristocracia fundiária, que defendia seus interesses no parlamento britânico, contra os interesses da burguesia industrial nascente. A imposição realizada pela classe dominante era considerada por Smith (1996) como atraso, pois oprimia as forças do progresso relacionadas a produção industrialização. O capitalismo na época, era de pequenas empresas sob concorrência perfeita, ou seja, a expansão econômica via multiplicação de novas empresas do mesmo tipo. Sob esta forma de poder dos mercantilistas que Smith (1996) defendia uma certa intervenção do Estado.

5.2. A Intervenção do Estado e o Welfare State

Segundo Agnes *et al* (2010)

As crises de valores enfrentadas pelo Estado Liberal possibilitaram, a partir de meados do século XIX, mudanças de rumos e de conteúdo. Ele passa a assumir prestações de serviços públicos, assegurando direitos inerentes à cidadania, como relações de trabalho, previdência, saneamento, saúde e educação. Diante deste deslocamento da função estatal, o Estado altera o modelo para Estado Social, também chamado Estado do Bem-Estar Social (AGNES ET AL 2010, P. 01).

A teoria keynesianas foi aplicada após a crise de 1929, no qual houve a quebra da Bolsa de Nova York. Foi uma das soluções encontrada para alavancar os Estados Unidos da recessão em que se encontrava. Keynes, em seu livro “A teoria geral do emprego dos juros e da moeda” (1936), fez a afirmação a seguir para defender a intervenção do Estado na economia:

Se o tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, enterrasse-as a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas ... o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade o são... porém Seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante (KEYNES, 2009, P. 111).

De acordo com as ideias keynesianas, o Estado deve intervir na economia para reprimir as crises capitalistas ou os desequilíbrios do mercado. O Estado deve oferecer serviços no qual a

empresa privada não consegue ou não quer alcançar. Keynes (2009) defende a adoção de políticas fiscais em detrimento as políticas monetárias, o nível de investimento é a solução para o controle das crises capitalistas.

A política fiscal seria a única capaz de estimular a demanda efetiva num contexto de armadilha da liquidez, quando, mesmo a taxas de juro baixas, os empresários se recusam a investir, a razão é uma baixa expectativa de retorno sobre o capital, a ponto de, mesmo se o dinheiro nada custar, ninguém estar disposto a investir.

Diferentemente a política monetária funciona quando a quantidade de meios circulantes é insuficiente para viabilizar expectativas positivas de retorno sobre a aplicação de capital. Ou seja, seriam as ações concentradoras de capital-dinheiro conduzidas pelos rentistas que tornariam o dinheiro um fator escasso e, portanto, as taxas de juros altas para permitir que os investimentos produtivos sejam rentáveis. Assim, a política monetária expansionista baixaria os juros a favor dos investimentos reais, modificando a escolha entre aplicar na finança ou na produção. Com isso rebateria negativamente com os objetivos dos rentistas.

A preocupação era salvar o sistema capitalista, e não diretamente, resolver o problema da pobreza. Resolver o problema da pobreza seria uma forma de atingir o equilíbrio do capitalismo, segundo Keynes (2009):

Como a demanda por bens de consumo guarda uma relação estável com a renda, segue-se que as flutuações da demanda agregada estão associadas aos movimentos do nível de investimento. Em crescimento, com expectativas otimistas de lucro futuro, os investimentos geram mais empregos, maior nível de produto e de renda e, portanto, maior nível de consumo e poupança. Em depressão, perspectivas pessimistas de lucro geram frustração de lucro da indústria de bens de capital, queda de emprego e de renda e, portanto, queda nos níveis de consumo e poupança, (KEYNES, 1996, P.12.)

De acordo com as ideias keynesianas, a expectativa de lucro futuro dos capitalistas, combinado com o nível de investimento possuíam ligação direta com o nível de emprego, renda, consumo e poupança e taxa de juros. Os níveis de investimentos realizados tanto pelo governo como pelo setor privado, que manteria o pleno emprego.

As respostas as crises não poderiam ser apenas com políticas monetárias, nas quais, aumentam a taxa de juros, reduz os gastos com políticas públicas, reduzindo o dinheiro em circulação, gerando desemprego e redução do consumo.

Keynes (2009) coloca em pauta a sua falta de confiança no êxito das políticas monetárias, puxando a responsabilidade do Estado para uma maior organização dos investimentos, como demonstra a citação a seguir:

Da minha parte sou, presentemente, algo céptico quanto ao êxito de uma política meramente monetária, orientada no sentido de exercer influência sobre a taxa de juros. Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal do capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos. (KEYNES, 2009, P.135).

Para a superação da crise de 1930, cada país realizara intervenções na economia de acordo com as peculiaridades de cada um, segundo Brum (2009), as ideias keynesianas inspiraram o *New Deal* nos Estados Unidos, nacionalizações dos diversos países da Europa, a seguridade social na França, o *Welfare State* na Inglaterra, no Brasil, e outras políticas intervencionistas em vários lugares do mundo.

Segundo Streck e Morais (2006)

A intervenção estatal no domínio econômico não cumpre papel socializante; antes, muito pelo contrário, cumpre, dentre outros, o papel de mitigar os conflitos do Estado Liberal através da atenuação de suas características – a liberdade contratual e a propriedade privada dos meios de produção –, a fim de que haja a separação entre os trabalhadores e os meios de produção (STRECK E MORAIS, 2006, P. 60).

O grande ataque às ideias postas em práticas no estado de bem-estar social foi o grande aumento dos gastos públicos que produziam déficits públicos penalizando a atividade produtiva e provocando inflação.

Segundo Agnes *et al* (2011) no Brasil não houve uma implantação expressiva do Estado do Bem-Estar Social, e sim uma defesa de interesses de uma minoria sem assimetria com os interesses da sociedade que deveriam ser objetivados pelo Estado, porém este modelo surtiu efeito em países que o adotaram diminuindo as desigualdades sociais.

De acordo com Medeiros (2001), o *Welfare State* pode ser entendido como o Estado Providência ou Estado Social, com objetivo de mobilizar em larga escala o aparelho do Estado em uma economia capitalista a fim de executar medidas orientativas ao bem-estar da sua população. No *Welfare State* são utilizadas políticas keynesianas, de intervenção do Estado, para garantir o bem-estar social, de acordo com Medeiros (2001):

As diversas políticas sociais, por um lado, aumentam a capacidade de consumo das famílias dos trabalhadores e se traduzem em gastos do governo em habitação, transporte

e saneamento, o que incentiva a expansão da demanda agregada e o desenvolvimento tecnológico, e, por outro, ao socializarem os custos referentes aos riscos do emprego industrial e à reprodução da força de trabalho, liberam reservas de capital privado para investimentos e garantem uma reserva de mão-de-obra em diversos níveis de qualificação. Como os gastos sociais tornam uma parte significativa da demanda decidida por mecanismos políticos, o *Welfare State* funciona como um mecanismo de reação contracíclica às flutuações da demanda típico de políticas keynesianas (MEDEIROS, 2001, P. 07).

O *Welfare State* busca a concentração política de poder, como forma de regulação da economia. As políticas aplicadas aumentam o controle do Estado em cima da classe trabalhadora, reduzindo a capacidade de organização de possíveis reivindicações (Medeiros 2001). Importante destacar, segundo o autor supracitado, o *Welfare State* no Brasil foi expressivamente comprometido devida a existência de uma grande classe de servidores públicos leais ao governo.

Ainda segundo Medeiros (2001), em outros países como os Europeus, por exemplo, o *Welfare State* foi conquistado pelas reivindicações dos trabalhadores, no entanto, o Estado utilizou o modelo para promover a aceitação do assalariamento e evitar a opção por formas alternativas de subsistência, o autor complementa que “nos países industrializados, o *Welfare State* cumpriu um papel importante de regulação da demanda agregada. Nesses países, a geração dessa demanda dava-se pelo aumento da capacidade de consumo das famílias e pelos gastos sociais do governo (MEDEIROS, 2001, P. 21).

No Brasil, o mais próximo do Estado social que se conseguiu chegar, de acordo com o autor supracitado, foi na era Vargas (1930-1945) a partir de 1930, e no governo militar. Na era Vargas houve a implementação das bases modernas de seguridade social, criação do Ministério do Trabalho³, a previdência social foi estatizada, regulamentação do trabalho feminino e infantil, regularização da jornada de trabalho, demissões e acidentes de trabalho.

No entanto, o objetivo de Vargas com essas políticas de favorecimento a sociedade em geral, era segundo o autor em questão, evitar movimentos trabalhistas, despolitizar as relações de trabalho, e fazer dos trabalhadores um ponto de apoio a seus objetivos políticos. Apesar de serem políticas voltadas a sociedade urbana, de cunho autoritaristas, com uma “relação estruturada entre o Estado e a classe trabalhadora, de patrimonialismo, cooptação e corporativismo” (MEDEIROS 2001, P.13) voltadas a uma classe específica da sociedade, esses avanços foram de suma importância do amparo aos mais pobres. Os trabalhadores rurais não foram contemplados com as

³ O Ministério do Trabalho foi extinto em 1 de janeiro de 2019, suas atribuições foram incorporadas aos Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

políticas assistencialistas para não entrar em confronto com os interesses das oligarquias rurais, que na época concentravam o poder político (MEDEIROS, 2001).

A meta do *Welfare State* brasileiro, segundo o autor, era a regulação da força de trabalho em uma indústria com limitações. Os grupos capitalistas foram os que fizeram parte do compromisso. Os demais grupos foram excluídos para satisfazer a demanda por força de trabalho, devido serem a mercadoria do sistema, com a expansão da indústria demanda mais trabalho e inclui-se mais grupos sociais no sistema. Com a exclusão de grupos, o caráter redistributivo e assistencialista do *Welfare State* foi reduzido, atendia indivíduos do mesmo grupo social, (MEDEIROS, 2001).

Nos governos militares baseados em um regime, segundo Medeiros (2001), totalmente repressivo devido ao:

O modelo de crescimento adotado pressupunha a necessidade de se acumular renda para garantir as bases do crescimento. A redistribuição dessa renda ocorreria posteriormente, por efeito de *trickle down*⁴. Assim, a repressão a movimentos sociais reivindicatórios tornou-se um dos elementos da estratégia de desenvolvimento nacional. A concentração de renda, no entanto, tem custos sociais pesados. Para compensá-los e garantir a estabilidade política necessária ao crescimento econômico, o governo implementou uma série de políticas sociais de natureza assistencialista, (MEDEIROS, 2001, P. 16).

O modelo de *Welfare State*, segundo Medeiros (2001), perdeu o caráter populista e adotou duas características definidas, as políticas de cunho compensatórias e produtivistas. As políticas de caráter compensatória são as políticas assistencialistas que buscavam reduzir os impactos gerados pela desigualdade crescente devido ao contínuo desenvolvimento capitalista. As políticas produtivistas desenvolviam mecanismos para contribuir com o crescimento econômico.

Até os anos de 1980, segundo Draibe (1993), caracteriza o *Welfare State* brasileiro como clientelista, particularista e meritocrático. Clientelista por não abordar todos os grupos da sociedade, apenas aos grupos controladores, percebe o clientelismo nas trocas de favores, distribuição de favores em épocas políticas. Particularista por assumir um caráter de corporação, seguindo modelo corporativista. E meritocrático por exigir a participação em determinado grupo, como uma corporação por exemplo, contribuindo assim para a alimentação do sistema. Essas características são percebidas na distribuição de assistência à saúde, educação e, principalmente, na seguridade social. O *Welfare State* era concentrado político e financeiramente no governo

⁴ Beneficiando os capitalistas a sociedade seria beneficiada indiretamente, é basicamente crescer o bolo primeiro para depois distribuir.

federal, era tecnocrático e burocratizado. (Medeiros 2001) aponta que as características citadas acima são de:

Um sistema de proteção social que não tem pretensões de funcionar como mecanismo redistributivo do produto da economia. Assim como na fase de surgimento, sua constituição é direcionada à legitimação da ordem política e à defesa dos objetivos estabelecidos pela cúpula do governo e expressa tanto a falta de poder político dos movimentos de trabalhadores em geral quanto a falta de autonomia da máquina burocrática. (MEDEIROS, 2001, P.16).

O autor supracitado aponta que a característica redistributiva do *Welfare State* foi comprometida, por três razões: segmentação da sociedade advindo do modelo de desenvolvimento concentrador, ausência de parceria entre trabalhadores industriais e não industriais, e terceiro muita burocracia sem autonomia em relação ao governo. “As políticas sociais são estruturadas com base em princípios de autofinanciamento; e distribuídas por critérios particularistas, o que não apenas limita o universo de beneficiários como também torna os gastos sociais extremamente regressivos” (MEDEIROS, 2001, P. 21).

A constituição de 1988, segundo Draibe (1993), conseguiu realizar grandes avanços, ampliando direitos e impondo princípios socialmente mais justos. Na Constituição cidadã, segundo Souza (2008), foi depositada os anseios de mudança da sociedade brasileira, na qual foi eficaz na captação deste desejo. Segundo o autor supracitado “os constituintes operaram com o princípio de que existe a Nação, como ideia, como conceito, e como espaço geográfico, econômico, social, político e cultural, isto é, como realidade vivida por cada povo” (SOUZA, 2008, P. 195).

A Constituição Cidadã “introduziu avanços formais, corrigindo iniquidades e ampliando direitos, especialmente no campo trabalhista e na seguridade social. Também houve progressos no aperfeiçoamento do seguro desemprego e no setor da educação” (FAGNANI, 1997, P.218).

Houve uma grande discussão para convencer os responsáveis pela a elaboração da Constituição, inserir uma clausula de não diferenciação entre as empresas estrangeiras e empresas nacionais, no entanto, segundo Souza (2008), não houve acordo, foram estabelecidos os seguintes pontos:

- Estabeleceu, claramente, a diferenciação entre empresa nacional e empresa estrangeira;
- Definiu que a proteção especial do Estado só poderia recair sobre as empresas nacionais;
- Instituiu a possibilidade de reserva de mercado em setores estratégicos;
- Determinou a nacionalização da prospecção e da exploração dos recursos do subsolo;
- Proibição de contratos de risco na prospecção e exploração do petróleo, garantindo, em consequência, o monopólio da Petrobrás;
- Estabeleceu a reciprocidade no transporte marítimo internacional e

- Definiu o caráter nacional da Marinha Mercante brasileira. (SOUZA, 2008, P. 196).

A Constituição estabeleceu vários outros pontos importantes, como direitos sociais, seguridade social, direitos trabalhistas, entre outros.

No início da década de 1990 com Fernando Collor de Melo na presidência, foi adotado um grande processo de desaparecimento e fragmentação burocrática da política social, sem precedentes nos períodos analisados anteriormente. Esse processo “evidencia-se pela ausência de decisões e o não enfrentamento, de forma minimamente planejada, do complexo processo estrutural de descentralização das políticas sociais” (FAGNANI, 1997, P.226). O autor supracitado chama a descentralização das políticas sociais de caóticas, institucionalmente fragmentadas e clientelistas.

As cláusulas de proteção da economia nacional segundo Souza (2008) foram derrubadas pelas as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), no governo de Fernando Henrique Cardoso, visando abrir caminho para executar “o maior programa de privatização do mundo” (SOUZA, 2008, P. 239). Com essas PECs, houve a quebra do domínio público sobre setores estratégicos, abriu espaço para tantas empresas nacionais como estrangeiras pudessem explorar subsolo brasileiro, derrubando assim a diferenciação entre empresas estrangeiras e nacionais.

5.3. O Neoliberalismo

Contra as ideias de um Estado interventor, após a política baseada no bem-estar social entrar em colapso, surge com grande força o neoliberalismo. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu depois da segunda guerra mundial (1939-1945), como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON 1995, P.01). O texto que deu origem ao neoliberalismo foi, ainda de acordo como autor, ”O Caminho da Servidão” de Friedrich Von Hayek, escrito em 1944, considerado como um apaixonado ataque “contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, P.01).

As ideias neoliberais segundo Anderson (1995) passam a ganhar força de fato a partir da década de 70, com a crise do modelo econômica em que o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão. Os defensores do neoliberalismo apontavam que as raízes da crise eram explicadas pelo poder excessivo dos sindicatos (pressionavam por maiores salários, reduzindo lucros, sendo um obstáculo ao crescimento econômico), além disso, a pressão pelo aumento de gastos sociais estimulava a demanda (aumentando o déficit público) consequentemente gerando

inflação. Assim, a partir da década de 1970 a teia neoliberal começa a se formar no mundo (Inglaterra em 1979, EUA em 1980, Alemanha em 1982, México e Chile em 1985, Bolívia 1986, Argentina e Venezuela em 1989 e na década de 90 em países como Brasil, Peru e Colômbia (ANDERSON, 1995).

Os países em que o neoliberalismo surge na década de 90, aparece sob a égide do Consenso de Washington.

Friedrich Von Hayek fundou, segundo o autor em discussão, a sociedade de *Mont Pèlerin*, na Suíça, em 1947, com os maiores adversários do Bem-estar social, como “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, dentre outros”, com o propósito de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, P.01).

O documento que ficou conhecido como Consenso de Washington foi resultado, segundo Souza (2008), de uma reunião que ocorrera em 1989, em Washington, capital do EUA, convocada pelo Instituto Internacional de Economia, com patrocínio do governo dos Estados Unidos, Banco Mundial, FMI, os grandes bancos americanos e as grandes transnacionais do país. Este consenso foi o símbolo do ideário neoliberal, nas economias em que ainda não havia apontado, possuindo como objetivo explícito analisar o panorama mundial e propor alternativas, nas áreas em que fosse necessário, (SOUZA, 2008).

De acordo com Souza (2008), o documento era constituído de dez pontos que podiam ser resumidos em:

1. Abertura econômica (eliminando barreiras protecionistas entre as nações);
2. Desestatização (para reduzir o tamanho do Estado na economia);
3. Desregulamentação, que pedia o fim das regras limitantes do nível de capital internacional no país, principalmente o especulativo;
4. Flexibilização das relações de trabalho, significando o fim dos direitos sindicais trabalhistas e previdenciários, (SOUZA,2008, P. 201).

Souza (2008) ainda explica que o verdadeiro objetivo dos EUA com o Consenso de Washington era “encontrar mercados para as mercadorias e capitais excedentes de suas corporações, e suprir-se de força de trabalho e matérias primas baratas a fim de melhorar sua

capacidade de competir no mercado internacional” (SOUZA, 2008, P. 201), principalmente com a União Europeia e Japão.

Com relação ao papel do Estado, os neoliberais defendiam, segundo o autor supracitado, que o Estado deveria limitar-se a promover os mercados competitivos e a garantir a lei e a ordem e os contratos privados o que significa que o papel do Estado era o de proteger a propriedade privada e seu corolário, o mercado. Ideias já defendidas pelos predecessores da Economia, como Adam Smith e J. Stuart Mill.

Segundo Harvey (2005), pode-se interpretar a neoliberalização “seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”, (HARVEY, 2005 P. 12).

Harvey (2005) ao apontar as políticas de Ronald Regan nos EUA, observa que as políticas ,neoliberais não vieram preocupadas com a economia e o desenvolvimento econômico dos países, pois em caso de conflito entre o bem estar das instituições financeiras detentoras de títulos e o bem estar dos cidadãos, as instituições financeiras sempre levarão a melhor, por que o papel do Estado é “ criar um clima de negócios favoráveis, e não cuidar das necessidades e do bem estar da população em geral”(HARVEY,2005, P.29).

Seguindo o ideário neoliberal, Harvey (2005) aponta:

A privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos - tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos (HARVEY, 2005, P.38).

Percebe se que para os defensores das privatizações, setores ou empresas reguladas pelo governo devem ser repassadas para a iniciativa privada, para serem libertas de qualquer interferência. “A competição - entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) - é considerada a virtude primordial para um bom funcionamento do sistema” (HARVEY, 2005, P. 38).

No Brasil, os ideais neoliberais, de acordo com Souza (2008), foram inaugurados sob orientação do Consenso de Washington, pelo presidente Fernando Collor de Melo, através do Plano Brasil Novo (conhecido como Plano Collor), liderado pela ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo, onde preconizava abertura da economia, isenção de tarifas de importações para alguns produtos, redução de barreiras não tarifárias, e uma medida drástica, porém, inesquecível aos

brasileiros, o sequestro das poupanças das pessoas comuns com a promessa de devolução futura. Essas medidas foram adotadas para combater a inflação, fazendo com que o mercado interno não fizesse remarcação de preços. De acordo com Souza (2008), para a retomada do desenvolvimento e queda da inflação, Collor preconizava um amplo programa de privatização das estatais juntamente com a abertura econômica do país aos capitais especulativos estrangeiros.

No Brasil, segundo Souza (2008), houve uma longa década, a de 1990, começando por Fernando Collor de Melo e finalizando com Fernando Henrique Cardoso em 2002. As ideias neoliberais no Brasil, começaram a ganhar destaque no fim de 1980, com a realização de poucas privatizações, e um caso de reprivatização de um grupo de empresas. Tomou força com o Fernando Collor de Melo (1990-1992), e eclodiu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Do ponto de vista geral, com relação aos resultados obtidos com aplicação do receituário neoliberal, a partir de quando ganha força nas práticas econômicas na década de 1970, Anderson (1995), destaca que o neoliberalismo conseguiu conter a inflação, contudo todas as medidas tomadas haviam sido concebidas como meios para alcançar:

A reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa países da OCDE (ANDERSON, 1995, P. 06).

De acordo o autor supracitado, a desregulamentação financeira algo que foi tão importante para o programa neoliberal, “criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”. Pois houve uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais:

Cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países da OCDE durante os anos 80. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões (ANDERSON, 1995, P. 07).

6. A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO BRASILEIRO

A economia brasileira no início da década de 1930, estava marcada pelo impacto da depressão mundial causada pela crise de 1929. Tornou-se clara a vulnerabilidade da economia, por sua total dependência em relação ao mercado externo do café. A amplitude do choque alertou para a necessidade de adaptação à nova realidade internacional, além de demonstrar uma necessidade de alterar a estrutura produtiva brasileira, já que o modelo agroexportador já havia se esgotado, o seu esgotamento advém desde o início da década de 1920, pouco antes da crise de 1929. O que segura o café de fato é justamente a política interna de defesa e valorização do café, sustentada pelo Acordo de Taubaté.

A política de defesa do café, no pós-30, foi uma estratégia de Getúlio Vargas para assegurar a demanda e renda da economia, a fim de prover recursos para financiar a industrialização brasileira (Souza, 2008). Com esgotamento do modelo agroexportador, segundo o autor supracitado, houve a mudança da política do país saindo do agroexportador e concentrando forças para a implantação do modelo urbano industrial.

“A industrialização brasileira é conhecida como industrialização por substituição de importações por que passou a produzir internamente os produtos que antes o país importava”, (SOUZA, 2008, P. 13). A crise fez surgir essa necessidade da criação do modelo de substituição de importação.

De acordo com (PICAZZIO, 1992), “o mundo sofria com a grande depressão, mas no Brasil a indústria desenvolvia. Produzir para o mercado interno era mais rentável que exportar produtos agrícolas, (PICAZZIO, 1992, P. 52)”. Segundo Souza (2008), no Brasil, o preço dos produtos importados encarecera devido ao esgotamento do modelo agroexportador ter evadido as nossas reservas cambiais, pressionando uma desvalorização do câmbio (dado a escassez de divisas), por conseguinte, encarecendo o preço do produto importado.

A solução era “recorrer ao produto nacional, que não havia. E se não havia, era preciso fabrica-lo. Essa era a senha para a ofensiva da indústria nacional” (PICAZZIO, 1992, P. 54).

Foi devido a necessidade de uma industrialização brasileira de base e a dinamização do mercado interno que começou a nascer as estatais brasileiras, com objetivo de realizar o desenvolvimento do país. Para que a industrialização evoluísse no país seria necessário a instalação do setor siderúrgico brasileiro, (Souza, 2008).

Segundo Souza (2008), em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, e a partir daí foram regulamentados o trabalho feminino, a concessão de férias, a lei de sindicalização e instituição da previdência social em 1931, a jornada de 8 horas em 1938, foi criado o salário mínimo que começou a vigorar em 1941. Reuniram a legislação do trabalho em um único documento chamado Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Apesar do inquestionável efeito social que isso gerou, se deu sob objetivos econômicos de assegurar renda para que houvesse um mercado consumidor necessário para o desenvolvimento da incipiente indústria brasileira, ou seja, dinamizar o mercado interno.

Todas estas medidas faziam parte do plano de governo de Getúlio Vargas, este chegou ao poder depois da crise de 1929, com duas saídas para o país; a industrialização, ou segundo Souza (2008) esperar a estabilidade mundial para recuperar a economia agroexportadora.

O primeiro setor a se desenvolver de fato é o setor de bens de consumo não duráveis (de primeira necessidade), no qual não era produzido pelo país por que até o governo de Getúlio Vargas, o modelo vigente era o agroexportador e a economia só havia provado alguns surtos industrializantes que não se desenvolveram. Assim, o estado cria bases para o desenvolvimento do setor de bens de consumos não duráveis, a partir do capital privado nacional e atua como empresário, no desenvolvimento da indústria de base, (SOUZA, 2008).

É importante ressaltar quais são os setores industriais de um país. Existe o setor I, que é o setor de bens de capital, o setor II é o setor de bens de consumo, ele é subdividido em: a) bens de consumo não duráveis e b) bens de consumo duráveis, o setor III é o de bens intermediários, estes são bens que podem ser reincorporados a outros bens, ou destruídos na confecção de outros bens, (SOUZA, 2008).

Sabendo da necessidade de instalação da indústria de base, principalmente da siderurgia, o governo cria a primeira siderurgia estatal brasileira, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a Usina de Volta Redonda. Foi criada também a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para garantir os minérios necessários à industrialização, (SOUZA, 2008).

Segundo Brum (2009) o governo se preocupou com a indústria básica, de grande porte, uma vez que a iniciativa privada nacional não tinha condições financeiras e nem experiência empresarial. De encontro a isso, Souza (2008) complementa que o capital estrangeiro não possuía interesse em fazer investimentos no país.

No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Souza (2008) explica que se inicia com o propósito de desenvolver a indústria pesada no país. Para atingir os seus objetivos foi necessário a adoção, pelo governo, de algumas medidas para a promoção da industrialização. Tais como o aumento do preço das importações de bens de capital estimulando a produção interna através da instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Criou-se o Fundo de Reparcelamento Econômico e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Setor I.

De acordo o autor supracitado, a industrialização teve início com a produção de bens de consumo necessários – setor IIa – exigindo cada vez mais do setor I, meios de produção, no entanto, não havia ainda produção adequada internamente.

A segunda guerra mundial (1939-1945) criou condições que favoreceram o avanço do processo de industrialização no Brasil. Com as dificuldades existentes no comércio transoceânico, alguns países orientaram suas economias para atender as necessidades do conflito. Devido a guerra o “acesso a crédito reduziu-se para muitos países do mundo, diminuiu as importações de derivados de petróleo (gasolina, querosene, lubrificantes), ocorreu uma escassez de produtos importados” (BRUM 2009, P. 211).

No Brasil com a eclosão da segunda guerra, Souza (2008) aponta um “embrionário desenvolvimento do setor I, que, na fase inicial, se concentrou principalmente na produção de insumos básicos e bens intermediários” (SOUZA, 2008, P. 22).

Foram realizados empreendimento como a criação da Petrobrás, na entrada em operação da CSN, no aumento da produção da CVRD, e no projeto da Eletrobrás. Souza (2008) explica que o desenvolvimento do IIa se dava basicamente do empresariado nacional, que ia se aperfeiçoando dentro do próprio processo de industrialização.

A implementação do setor I foi assumido pelo governo, o motivo do controle da implementação ser interno, é segundo Souza (2008), em cumprimento ao objetivo de Vargas de aumentar a autonomia do país, no entanto, a situação econômica da época favoreceu a industrialização.

O setor IIb foi desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), através do Plano de Metas, que tinha com *slogan* “50 anos em 5”, no qual faria o que se levaria 50 anos para ser desenvolvido em apenas 5 anos, as metas segundo Souza (2008) foram praticamente todas cumpridas. “O Plano de Metas foi resultado do estudo realizado pelo grupo BNDE-Cepal, que

visava superar os pontos de estrangulamento identificados pelos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos criada na época de Getúlio Vargas” (SOUZA, 2008, P. 30).

O plano de metas se concentrava segundo o autor supracitado em quatro áreas principais:

1. Investimentos estatais em infraestrutura, principalmente transporte e energia elétrica, na área de transporte, a ênfase passava da ferrovia para a rodovia;
2. Incentivo ao aumento da produção de bens de capital, como aço, carvão, cimento, zinco, etc;
3. Incentivo à introdução dos setores de bens de consumo duráveis;
4. Estímulo à produção de alimentos. (SOUZA, 2008, P. 30).

Com a implantação do setor IIb da economia JK abria espaço para abertura econômica, os investimentos diretos aumentaram, porém, a remessa de lucros ao exterior também, devido aos empréstimos e financiamentos que o capital estrangeiro realizava no Brasil. Já os investimentos diretos entravam sob forma de máquinas e equipamentos advindos de fábricas obsoletas nos EUA. Os investimentos estrangeiros se dirigiam crescentemente para a indústria, o Brasil possuía de acordo com Souza (2008), o maior desenvolvimento da América Latina.

A siderurgia foi significativamente ampliada, o desenvolvimento do mercado interno permitia a instalação de plantas industriais maiores, favorecendo a economia de escala⁵.

A partir do governo JK mudou o perfil da economia do país, principalmente da indústria, diminuiu a importância relativa da indústria de bens de consumo popular e aumenta a produção dos bens de consumo de luxo, como por exemplo o setor automobilístico, segundo Souza (2008). Neste período o salário mínimo paralisou e o salário médio dos trabalhadores industriais sofre elevação.

Souza (2008) cita que o processo de substituição de importações estava no centro dos objetivos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), além de abrir novas frentes de exportação. O II PND foi lançado no governo Geisel em 1974.

O II PND, possuía a prioridade de realizar a substituição de importação nos setores em que o Brasil mais precisava de importações, sendo esses os bens de capital (navios, aviões e computadores), insumos básicos e combustíveis. Buscavam também consolidação de setores de criação e adaptação de tecnologias destacando para a informática. Foi nessa época que criaram a estatal Cobra de computadores brasileiros e a Embraer, (Souza, 2008).

O setor IIb deixou de ser o centro das atenções, segundo Souza (2008), para priorizar o setor I, que ainda não se desenvolvera, e o país possuía a dependência de importar os bens deste setor.

⁵ Quando em decorrência do aumento da planta industrial, cresce a produtividade do trabalho na empresa.

Com isso a estratégia do governo foi fortalecer as empresas estatais e o financiamento público de empresas nacionais. A política do governo possuía três eixos centrais, conforme Souza (2008):

1. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) do Ministério de Indústria e Comércio, órgão responsável pela condução da política nacional do governo, passaria a priorizar os projetos relacionados a produção de maquinaria, equipamentos e produtos de alta padrão tecnológico;
2. O BNDE, órgão financeiro do governo destinado a financiar os investimentos de longo prazo, criasse subsidiárias, com o objetivo de incentivar a expansão da produção, mediante financiamentos de bens de capital e insumos básicos, (Embramec, Ibrasa, Fibase).;
3. Dar condições para que a Petrobrás exploração de petróleo, instituiu o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), visava alterar a matriz energética, buscava substituir importações na área do petróleo. Este programa foi considerado na época como o maior programa do mundo de substituição de combustíveis fóssil, (SOUZA, 2008, P. 130-131).

As políticas adotadas pelo governo foram responsáveis por diminuir o peso do capital estrangeiro na economia interna. Houve a diversificação das exportações, contribuindo para o crescimento da economia, apesar da crise mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro obteve ritmo de crescimento anual, de 6,8% de 1974 a 1980. Contudo o Brasil conquistou sua autossuficiência de aço no período, reduziu violentamente através da substituição de importações, as importações de manufaturados, de 11,9% em 1974 para 6,8% em 1979, (SOUZA, 2008).

6.1. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Após a implantação do Estado Novo (1937), o governo brasileiro promoveu o reaparelhamento das forças armadas e a implementação de um amplo projeto de obras públicas. No entanto, havia um setor segundo (VIVIAN 2007, P. 07) “apontado como crítico para a expansão do transporte ferroviário e para a criação de indústria de base no país: a siderurgia”. Deixando o Brasil dependente da importação de produtos siderúrgicos. O Brasil exportava minério para importar trilhos para suas ferrovias. Cenário prestes a mudar com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, a CSN foi criada para dar início a implantação da Indústria de base no país principalmente o setor siderúrgico.

Com o apoio financeiro e tecnológico norte-americano “criou-se a Companhia Siderúrgica Nacional- (CSN) em 1941, que iniciou a implantação da usina de Volta Redonda (RJ), destinada a produção de aço em grande escala” (BRUM, 2009, P. 2011).

A US Steel- United States Steel Co, empresa norte americana maior produtora de aço do mundo, mandou uma comissão ao Brasil para estudar a viabilidade da construção de uma grande usina, com o capital misto. Através deste estudo foi criado a Comissão Brasil-Estados Unidos, no qual recomendou a construção de uma usina a ser administrada por uma companhia brasileira do tipo sociedade anônima cuja organização e direção seriam discutidas, em conjunto, pelo governo brasileiro e pela US Steel, esta deveria produzir 285 mil toneladas anuais de produtos acabados, entre os quais trilhos e acessórios, perfis, ferros redondos e chatos, chapas, folhas de flandres e ferro-gusa para fundição, (VALE, 2012).

Depois de longas negociações em 1940 foi criada a comissão executiva do plano siderúrgico nacional, esta comissão estabeleceu as bases para a organização da primeira grande usina brasileira. Esta comissão fez a previsão de uma produção de 300 mil de perfis médios e pesados, trilhos, chapas e folhas de flandres, o local escolhido foi a cidade de Volta Redonda, (VALE, 2012).

Foi apresentado um relatório que propunha, de acordo com Vivian (2007):

A construção de uma usina siderúrgica a ser explorada por uma companhia brasileira do tipo sociedade anônima, cuja organização e direção deveriam ser objeto de negociação posterior entre o governo, os empresários brasileiros e a US Steel. A produção inicial seria de 285 mil toneladas/ano de produtos acabados, embora já fosse projetada uma expansão de mais de 100%. Calculava-se que assim boa parte da demanda do mercado brasileiro seria satisfeita (VIVIAN, 2007, P. 08).

Após a apresentação do relatório da Comissão Mista, foram apresentados estudos da viabilização da criação da siderúrgica para o Ministro da viação e obras públicas, 1940, no qual continha um plano de ação bem simples de compreensão:

Incentivar a siderurgia com carvão de madeira, em geral, e a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, em particular; organizar com capitais mistos do governo e de particulares a usina para perfis pesados, chapas e trilhos, conforme apontado pelo grupo de técnicos americanos e brasileiros; incentivar a fabricação de aços especiais (numa das usinas existentes); incentivar a montagem de uma forja de rodas de vagões e, mais tarde, de locomotivas; impulsionar (com encomendas) as indústrias de construção de máquinas-ferramenta e as calderarias; criar o “Conselho Nacional de Minas e Metalurgia” que terá a finalidade de coordenar a execução dos trabalhos referentes às indústrias de mineração e metalurgia” (VIVIAN 2007. P. 09).

O empréstimo inicial foi realizado pelo banco norte-americano Eximbank no valor de US\$ 20 milhões, envolvendo ainda uma permissão para a instalação de bases norte-americanas no Nordeste e a entrada do Brasil na guerra ao lado do Eixo Nazi-fascista, grupo que o Estados Unidos fazia parte. O empréstimo foi concedido para a compra de maquinário, (VALE, 2012).

Em assembleia geral realizada no dia 9 de abril de 1941, foi finalmente fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sendo subscritos 500 milhões de cruzeiros de capital social. Em troca do empréstimo, os Estados Unidos exigiram que fosse organizado

um escritório executivo formado por engenheiros brasileiros e norte-americanos, encarregados de coordenar todo o trabalho de cálculo final da usina e de escolha do material.

A construção da usina de Volta Redonda começou ainda em 1941, os primeiros setores a entrar em funcionamento foram os fornos de coque e o setor de subprodutos (alcatrão, piche, benzol, nafta etc.), em abril de 1945. Ao final da Segunda Guerra, 80% da usina estavam concluídos. Com a inauguração da CSN, a produção brasileira de aço passou de 205.935 toneladas, em 1945, para 788.557 toneladas, em 1950.²⁷ Durante o período de construção da usina, foi ampliada a malha ferroviária da Central do Brasil, ligando o Rio de Janeiro a Volta Redonda. Foi ainda eletrificado o trecho Nova Iguaçu-Barra do Pirai, (VALE, 2012, P. 49-50).

A primeira diretoria da companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Ari Torres (vice-presidente), Macedo Soares (diretor técnico) e Oscar Weinschenk (diretor comercial).

Seu primeiro presidente, Guilherme Guinle, foi nomeado diretamente por Vargas. A usina de Volta Redonda foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1946, na presença do presidente Eurico Dutra e de seus ministros da viação e obras públicas, Edmundo de Macedo Soares e Silva. Getúlio Vargas, o grande incentivador da usina siderúrgica, estava ausente, deposto com o final do Estado Novo (MOREIRA, 2002, S/P)

O crescimento da CSN foi duramente prejudicado, com as trocas de governo e consequentemente coma a mudança de atuação de cada governo. No governo de Kubitschek, em 1959:

O governo federal encarregou a CSN de importar o aço necessário para complementar a demanda interna pelo produto. Para isso, o governo federal concederia à empresa vantagens cambiais. O preço de venda seria composto por uma média entre o preço do produto nacional, mais barato, e o do produto importado, de modo a não onerar os setores industriais (VIVIAN 2007, P. 20-21).

No início dos anos 1960, os problemas da CSN se tornariam mais aparente, as altas taxas de inflação juntaram-se a contração dos investimentos públicos e privados e a recessão do mercado consumidor de aço e seus derivados revelaria para a sociedade o momento de crise que a estatal estava passando.

A falta de gestão e o uso das estatais para o alcance dos objetivos de cada governo deixou estagnados o desenvolvimento da estatal, esta deveriam importar o que não conseguiam produzir, abastecer o mercado interno, atentar a nova concorrência que estava entrando no mercado (Usiminas e Cosipa) e manter o seu preço competitivo, mesmo sofrendo congelamento de preços na tentativa de “permitir que empresas situadas nas regiões mais distantes consumissem o produto por um preço tão barato quanto as indústrias do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Pretendia-se reduzir as disparidades regionais” (VIVIAN 2007, P.22). Com grandes expectativas de cada

governo as estatais, no caso a CSN, eram obrigadas a tomar empréstimos à bancos americanos para suprir a necessidades de alcance das metas de governo.

Em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart foi deposto e, com ele, boa parte da diretoria da CSN. Na década de 1970 foi continuado com os planos de expansão da CSN com obras em diferentes Estágios. A década de 1980 a estatal passou por vários planos de contenção da inflação, como o plano cruzado em 1986, o plano verão em 1988 que congelou seus preços de venda e elevou as taxas de juros reais incidentes sobre seus débitos. E na década de 1990 veio a privatização, (VIVIAN, 2007).

6.2. A Criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

De acordo com Brum (2009), em 1942 foi criada com a ajuda dos EUA a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o objetivo de exportar minério de ferro bruto para atender de início, as necessidades dos aliados na produção de armas e equipamentos para a guerra, contribuindo para a industrialização e desenvolvimento, além de criação de empregos para o país.

Segundo Souza (2008) o objetivo da criação da CVRD foi garantir os minérios necessários à siderurgia e a industrialização.

Os primeiros e importantes passos dados para a criação da CVRD, foi a assinatura dos acordos de Washington em 03 de março de 1942, firmados entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. O acordo definia as bases brasileiras para a organização de uma companhia de minério de ferro no Brasil, ficando a Inglaterra e os Estados Unidos, obrigados a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livres de quaisquer ônus, as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore Co.⁶ as propriedades pertencentes a essa empresa são:

Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Dirão e Onça, Itabiruçu, João Coelho, Borrachudo, Santana, Sumidouro Campestre-Manuel Anastácio e Rio do Peixe. Esse conjunto somava mais de 74 milhões de metros². O governo norte-americano ainda se comprometia a conceder um financiamento no valor de US\$ 14 milhões, por meio do Eximbank. Esses recursos seriam utilizados para a compra, nos Estados Unidos, de equipamentos, máquinas e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Vitória a Minas e ao aparelhamento das minas de Itabira e do Porto de Vitória (VALE, 2012, P. 50).

⁶ Companhia inglesa de exploração de minério de ferro autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 8.787, de 16 de junho de 1911.

Segundo o livro da Vale (2012), o objetivo da transferência de todas as empresas do grupo Itabira Iron Ore Co foi assegurar a:

Produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado. O contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra. Terminado o conflito e cumprido o último contrato trienal, Estados Unidos e Inglaterra ainda manteriam o direito de aquisição do minério, já então a preços de mercado livre (VALE, 2012. P. 50).

Outra comissão importante foi constituída em abril de 1942 foi a Comissão Especial para a Regulamentação dos Acordos de Washington, que objetivava apresentar um relatório tratando da exploração, do transporte e da exportação de minério de ferro. Depois de aprovado este relatório e ratificados os acordos pelos governos brasileiro, norte-americano e britânico “o presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei no 4.352, de 1o de junho de 1942, e definiu as bases nas quais seria organizada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e encampadas as empresas Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e a Companhia Itabira de Mineração” (VALE, 2012, P.50). A CVRD seria:

Constituída como uma sociedade anônima, de economia mista, com capital inicial de 200 mil contos de réis. Sua diretoria seria composta por cinco membros: um presidente e dois diretores de nacionalidade brasileira e mais dois diretores norte-americanos. A Companhia seria organizada em dois departamentos básicos: o da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a ser administrado por diretores brasileiros, e o das Minas de Itabira, dirigido conjuntamente por brasileiros e norte-americanos, (VALE, 2012, P.50).

O banco norte-americano Exibank mais uma vez foi o grande financiador, concedendo um empréstimo de US\$ 14 milhões que seriam usados para contratar consultorias como a Klapp, Brinckerhoff & Douglas (PKBD) para “realizar os estudos técnicos e os projetos necessários à exploração das minas e ao reaparelhamento e remodelação da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM). A PKBD deveria também adquirir equipamentos e materiais a serem usados na execução do programa” (VALE, 2012, P.59).

Foi realizado em 11 de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, a Assembleia de Constituição definitiva da Companhia Vale do Rio Doce. Foram aprovados nesta assembleia os últimos acertos da criação da CVRD:

Seus estatutos e a transferência ao seu patrimônio das minas de Itabira, “tal como a União as recebeu”, além da EFVM e de todos os bens que haviam pertencido à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e à Itabira de Mineração S.A. O valor total do negócio chegava a 80 milhões de cruzeiros. Ficou determinado que a sede administrativa

da CVRD ficaria localizada na cidade de Itabira e que o domicílio para todos os efeitos jurídicos seria no município do Rio de Janeiro, (VALE, 2012, P. 59).

6.3. A Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

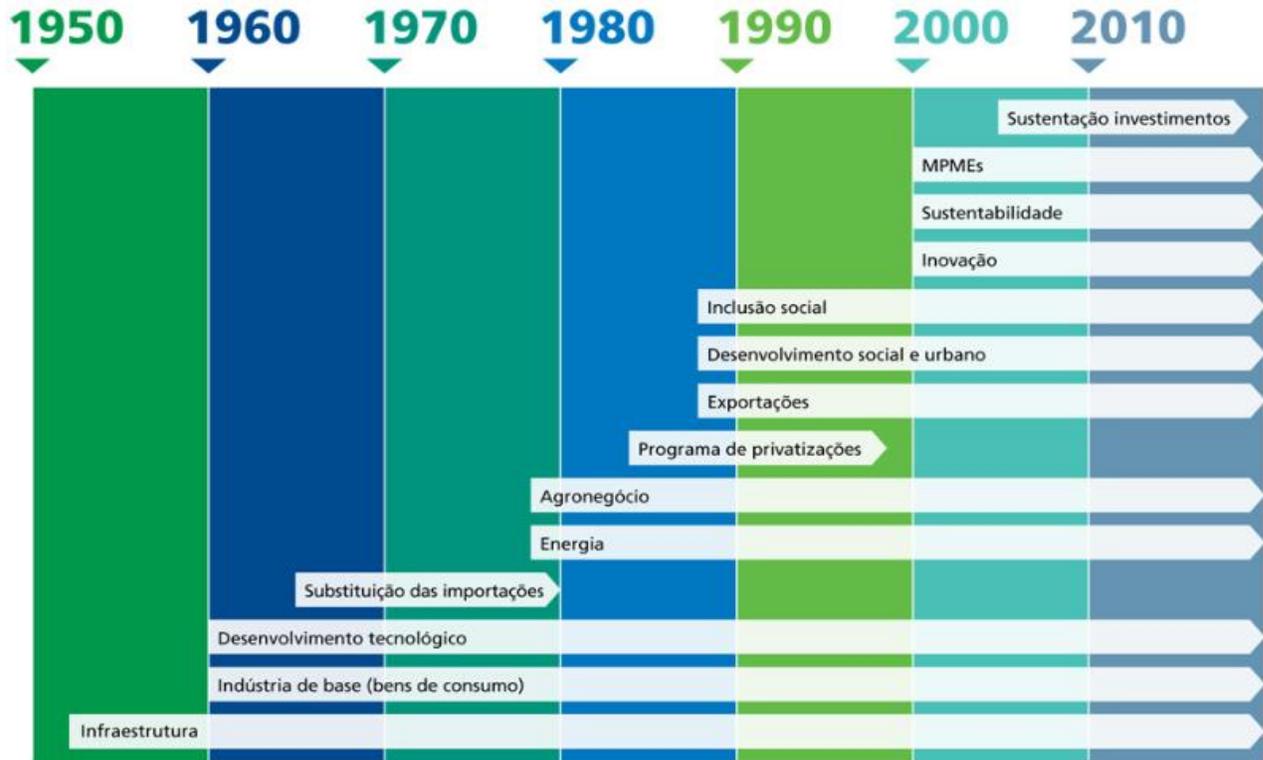
(BNDES)

A importância do BNDES na história da industrialização brasileira, tanto para a criação da indústria de base através das estatais quanto a privatização dessas mesmas estatais, no qual o banco contribuiu para sua criação como também para a sua alienação, faz-se importante falar um pouco sobre ele.

O BNDES criado pela lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, apenas em 1982 realizou a inclusão do “S” de “Social”, devido à preocupação dos anos 80 com a integração das políticas sociais ao desenvolvimento. O objetivo com criação da nova autarquia federal era “ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico” (BNDES, 2019, S/P).

A figura abaixo faz o resumo dos principais investimentos realizados pelo banco ao longo dos anos. Iniciou com o investimento em infraestrutura, mas com a criação das estatais “aos poucos liberou o banco para investir mais na iniciativa privada e na indústria. Durante os anos 60, o setor agropecuário e as pequenas e médias empresas passaram a contar com linhas de financiamento” do ainda então BNDE. No ano de 1964 expandiu-se abrindo escritórios em São Paulo, Recife e Brasília, já com as suas operações descentralizadas, em 1971 se tornou uma empresa pública possibilitando “maior flexibilidade na contratação de pessoal, maior liberdade nas operações de captação e aplicação de recursos e menor interferência política” (BNDES, 2019, S/P).

Figura 1: A trajetória de prioridades do BNDES de 1950 a 2010



Fonte: <https://www.bndes.gov.br>

Nos anos de 1970 o banco foi de suma importância no processo de substituição de importações, os setores de bens de capital e insumos básicos receberam mais investimentos, os segmentos como a informática e a microeletrônica ainda rudimentares começaram a receber investimentos. (BNDES, 2019, S/P)

Em 1974, o banco estabeleceu três subsidiárias para atuar no mercado de capitais, com objetivo de ampliar a capitalização das empresas brasileiras. Essas subsidiárias se fundiram em 1982 e formaram o BNDESPAR⁷.

Nos anos de 1980 o conceito de integração competitiva ganhou força, buscando a expandir o mercado interno e, ao mesmo tempo habilitar a economia brasileira para disputar a preferência dos compradores externos.

⁷ Empresa subsidiária do BNDES, encarregada de gerir ações que o banco possui principalmente em outras empresas.

Nos anos de 1990 teve papel importante nas privatizações das estatais no qual ele mesmo ajudou na criação de algumas, “o banco foi o órgão responsável pelo suporte administrativo financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização iniciado em 1991” (BNDES, 2019, S/P)

O banco incentiva as empresas brasileiras a concorrer com os produtos importados, e também estimulava as empresas a exportar. No século XXI, de acordo com o site eletrônico oficial da instituição, o banco enfatizou na consolidação de sua missão que, é:

Promover a competitividade da economia brasileira, de forma agregada à sustentabilidade, à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais. O BNDES busca promover, nos projetos que solicitam apoio, o desenvolvimento local e regional, o compromisso socioambiental e a capacidade de inovação, desafios mais urgentes em um mundo cada vez mais dinâmico e em constante transformação (BNDES, 2019. S/P).

O BNDES contempla todos os segmentos como: agropecuária, indústria, comércio e serviços, infraestrutura. O incentivo as exportações e fortalecimento da economia nacional permanecem como ações estratégicas do banco.

6.4. Usinas Siderúrgicas De Minas Gerais (Usiminas)

A criação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas) era a meta de número 19 do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o *slogan* 50 anos em 5, no qual queria vencer uma distância socioeconômica e cultural que levaria 50 anos em circunstâncias normais, no espaço de 5 anos de seu governo (Brum, 2009). A empresa fora criada em 25 de abril de 1956.

Segundo dados do BNDES, o governo queria desenvolver a indústria básica, com projeto de expansão da produção dos insumos, algumas indústrias de transformação e produção de equipamentos. A meta 19 era, segundo o livro MDIC (1996):

A meta do setor siderúrgico, previa o aumento da capacidade de produção siderúrgica de 1,15 milhão para 2,3 milhões de t de aço por ano em 1960 e 3,5 milhões de t em 1965. Como no caso do petróleo, a meta da siderurgia foi definida com base nos planos de expansão do próprio setor, que previam a autossuficiência em produtos siderúrgicos para 1961. Para garantir o objetivo final de 2.279 mil t de lingotes em 1960, meta fixada com o auxílio do escritório de consultores Ecotec, o governo, além de apoiar os projetos de expansão, promoveria a consolidação dos projetos da Usiminas e da Cosipa, com vistas ao médio prazo (MDIC, 1996, P. 65).

Para o auxiliar no alcance da meta do aumento da produção, iriam contar com os projetos de expansão da Siderúrgica Nacional (CSN) e da Siderúrgica Belgo-Mineira que seriam custeados em sua maior parte pelo Exibank, BNDES, os governos estaduais e federais.

A projeção da meta de 3.496 mil toneladas em lingotes de aço, em 1965, seria atingida com a implantação da Cosipa, que fora criada em 1953 e ganhou muitos investimentos no governo JK, e deveria produzir segundo dados do BNDES:

383 milhões de t/ano, com um investimento orçado em Cr\$ 10 bilhões, sendo Cr\$ 5,6 bilhões em moeda nacional e mais US\$ 96 milhões. A parte em cruzeiros proviria do BNDE (Cr\$ 1,6 bilhão) e de subscrições de capital do governo federal e do Estado de São Paulo. A parte em moeda estrangeira teria financiamento europeu (MDIC, 1996, P. 65).

E da Usiminas teria a capacidade final de produzir em 1964:

504 milhões de t/ano de lingotes, estando o investimento orçado em Cr\$ 11,4 bilhões, dos quais pouco mais de Cr\$ 6,2 bilhões em moeda nacional. As fontes de recursos seriam a subscrição de capital pelos governos federal e estadual, empréstimo do BNDE e acionistas privados. Os recursos externos estariam garantidos por investimentos japoneses da ordem de Cr\$ 4,7 bilhões (MDIC, 1996, P.65).

Entre os anos de 1957 e 1960 a meta da indústria siderúrgica concentraria um total de Cr\$ 24,3 bilhões, sendo que 32% viriam do governo federal, 4% dos estaduais e apenas 18% viriam dos próprios recursos das empresas, além dos investimentos privados que contribuiriam com 5%. Cerca de 40% do total proviria segundo o BNDES de fontes externas para a Cosipa e a Usiminas.

6.5. A Criação Do Sistema De Telecomunicações Brasileiras S. A (Telebras)

A criação do Sistema de Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras), foi um grande passo para a melhoria do sistema de telecomunicações brasileiro, devido ao precário serviço oferecido pelas empresas privadas estrangeiras que dominavam o setor. A privatização deste setor contribuiu para a montagem de uma rede de comunicações mais eficientes, adequada as necessidades do desenvolvimento nacional e industrialização do país.

A criação do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de agosto de 1962, através da lei 4.117, foi o passo inicial para transformar e disciplinar os serviços telefônicos e coloca-los sob o controle da autoridade federal.

De acordo o site oficial, da Telebrás, o Código Brasileiro de Telecomunicações definiu:

A política básica de telecomunicações, a sistemática tarifária e o planejamento de integração das telecomunicações em um Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT) além de: criar o Conselho Nacional de Telecomunicações subordinado à Presidência da República, com as atribuições de coordenar, supervisionar e regulamentar o setor de telecomunicações; autorizar a criação da EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A com a finalidade de implementar o sistema de comunicações a longa distância, ligando, entre si, as capitais e as principais cidades do País; instituir o FNT – Fundo Nacional de Telecomunicações, destinado a financiar as atividades da Embratel (TELEBRÁS, 2019, S/P).

Outro grande passo foi a criação do Ministério das Comunicações, através do decreto-Lei nº 200, aprovado em 1967. Em 1971, por orientação do Ministro das Comunicações o Coronel Higinio Corsetti, foi desenvolvido os primeiros estudos para a criação da *holding* Telecomunicações brasileira S. A, como empresa pública com objetivo de centralizar, coordenar, e planejar todas as atividades de telecomunicações do país.

Em 11 de julho de 1972 foi sancionado pelo presidente Medici, a lei nº 5.792 no qual aprovou na íntegra o projeto de criação da Telebras. Além da criação, a lei autorizou a transformação da Embratel em sociedade de economia mista, subsidiária da nova empresa.

A constituição da Telebrás foi concretizada em assembleia geral realizada em 9 de novembro de 1972, tendo como acionista majoritário a União, detentora de 94,5% de seu capital total. O restante foi subscrito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pelas empresas estatais Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás e Eletrobrás. Os recursos do FNT, até então geridos pela Embratel, foram imediatamente colocados à disposição da Telebrás. O primeiro presidente da empresa foi o comandante Euclides Quandt de Oliveira, oficial da Marinha e ex-presidente do Contel (TELEBRÁS, 2019, S/P).

O sistema Telebras em sua composição final ficou com o seguinte quadro:

Em sua configuração final, o sistema foi composto pela *holding* Telebrás, pela Embratel, empresa *carrier* de longa distância de âmbito nacional e internacional, responsável também pelos serviços de comunicação de dados, telex, retransmissão de televisão e satélites, e 27 empresas de âmbito estadual ou local: Telesp, Telerj, Telemig, Telest (Espírito Santo), Telepar (Paraná), Telesc (Santa Catarina), Telebrasília (operadora do Distrito Federal e áreas vizinhas), Telegoiás (atuante também no estado de Tocantins), Telemat (Mato Grosso), Telems (Mato Grosso do Sul), Telebahia, Telergipe (Sergipe), Telasa (Alagoas), Telpe (Pernambuco), Telpa (Paraíba), Telern (Rio Grande do Norte), Teleceará, Telepisa (Piauí), Telma (Maranhão), Telepará, Telamapá, Telaima (Roraima), Telamazon (Amazonas), Teleacre, Teleron (Rondônia), CTMR e CTBC (TELEBRÁS, 2019, S/P).

6.6. A Criação da Empresa Brasileira De Aeronáutica S.A. (Embraer)

A Embraer foi criada através do decreto lei de nº 770 de 19 de agosto de 1969, e fundada segundo Bernardes (20002) em de janeiro de 1970, uma empresa de economia mista de capital aberto, controlado pela união e vinculada ao Ministério da Aeronáutica brasileira.

O objetivo da Embraer era:

Promover o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira e atividades correlatas, inclusive projetar e construir aeronaves e respectivas acessórios, componentes e equipamentos e promover ou executar atividades técnicas vinculadas a produção e manutenção do material aeronáutico, de acordo com programas e projetos aprovados pelo Poder Executivo (BRASIL, 2019, S/P).

De acordo com Bernardes (2000), os fundadores da Embraer receberam:

A missão de implantar e disseminar a indústria aeronáutica no país. Desde o seu início, a EMBRAER contou com um permanente apoio do Estado, sem precedentes na história do desenvolvimento tecnológico e industrial no país, seja através de incentivos fiscais e benefícios, políticas governamentais de compra, para no estímulo da formação de recursos humanos de alto nível, seja ao fomento para a execução de pesquisa básica e aplicada. (BERNARDES, 2000, P.07).

Para o desenvolvimento da empresa, houve grandes investimentos em capacitação dos recursos humanos da organização, capacitações que foram selecionadas em “tecnologias-chaves para a sua estratégia de manufatura e na conquista planejada de nichos do mercado doméstico e mundial de aeronaves de médio porte” (BERNARDES 2000, P.07). O Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) além do Ministério da Aeronáutica brasileira foram órgãos que viabilizaram a criação da Embraer, pois o governo precisava de uma empresa para desenvolver este setor, segundo o autor supracitado.

A Embraer foi criada já com um fim específico, produzir o avião criado pelos técnicos do CTA, o IPD-6504 batizado como Bandeirante, já que o CTA e o MAER (Ministério da Aeronáutica brasileira) não conseguiram mobilizar capital privado para sua fabricação em larga escala, (FONSECA, 2012).

A Embraer durante seus primeiros anos se beneficiou da política estatal de fomento às empresas nacionais e de encomendas da Força Aérea Brasileira (FAB) e de outros órgãos do governo. Porém, de acordo com Fonseca (2012), as exportações não tardaram a acontecer, em 1975 “O Bandeirante foi exportado para o Uruguai e, no ano seguinte, para o Chile, em ambos os casos para as Forças Armadas daqueles países. Até 1990, já haviam sido vendidas cerca de quinhentas unidades do Bandeirante para vários países do mundo” (FONSECA, 2012, P.44).

A União detinha 51% das ações ordinárias, e concedia incentivos fiscais⁸ as empresas privadas, com o objetivo de despertar interesse do setor privado no novo empreendimento.

⁸ As empresas poderiam deduzir 1% do imposto de renda devido em cada exercício fiscal caso investissem o mesmo valor em ações da Embraer.

7. RESULTADOS E DISCURSSÃO

7.1. A DÉCADA DE 90 - O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

7.1.1. Privatizações no Brasil

De acordo com Brum (2009), a abertura da economia brasileira foi necessária para o país entrar no mundo da globalização recebendo seus benefícios principalmente tecnológicos, segundo o autor supracitado as possibilidades de uma sociedade não baseiam apenas nas potencialidades de seus recursos naturais como terra produtivas, recursos minerais, mais necessitam sim de uma capacidade de gerar conhecimentos e inovações tecnológicas. No entanto, segundo o autor, “a abertura econômica não pode significar ditadura de mercado das corporações transnacionais. O país precisa desempenhar também o papel de produtores competentes e competitivos” (BRUM, 2009, P. 456).

A abertura econômica possibilitou segundo Rodrigues *et al* (2017):

A entrada de capitais especulativos, funcionou no sentido de permitir a aquisição de setores produtivos e de serviços estratégicos (como siderurgia, mineração, petroquímica, transportes, energia e telecomunicações), até então nas mãos do Estado, e que passavam a ser de interesse do capital privado internacional pela busca, sobretudo, de matérias-primas em todo o globo para fomento da sua expansão mundial, (RODRIGUES *ET AL*, 2017, P. 04).

O ambiente macroeconômico brasileiro no início do programa de privatização em 1990 apresentava muitas dificuldades, a inflação era altíssima, o desequilíbrio macroeconômico era enorme e não havia um acordo para a dívida externa.

No entanto, alguns estudos como o de Vivian (2007), a obra de Ana Claudia e Fabio Giambiagi (1999), explicam o processo de privatização desde os anos 1980 precisamente no fim da década, em 1989, com a reprivatização⁹ das empresas que foram incorporadas pelo BNDESPAR devido ao não cumprimento de dívidas, e devolvida ao sistema privado.

⁹ As empresas eram privadas, não conseguiram pagar sua dívidas com o banco, BNDESPAR fez o papel de saneador, e privatizou novamente.

Souza (2008) aponta que foram 19 empresas que foram incorporadas a subsidiária do BNDES, a BNDESPAR, para realizar o saneamento de suas contas, logo após foram devolvidas ao setor privado por US\$ 546,3 milhões.

Com isso a primeira fase da privatização inicia na década de 1980, a segunda fase no início da década de 1990 com a implementação do Plano Nacional de Desestatização (PND).

O PND fazia parte do Plano Collor, e foi instituído pela Lei nº 8031/90, com os seguintes objetivos:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Desestatização, com os seguintes objetivos fundamentais:

I - Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II - Contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - Permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - Contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V - Permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - Contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa (BRASIL, 2019).

As privatizações no Brasil, segundo Rodrigues *et al* (2017), foram muitas vezes realizadas às pressas sem uma devida organização e condições de pagamentos facilitadas e atrativas para o capital privado, um exemplo de facilidade “vem do BNDES, que muitas vezes financiava a compra das empresas, além de oferecer financiamentos para o comprador posteriormente”. Rodrigues *et al* (2017) explica que:

As privatizações impulsionaram a desnacionalização da economia, devido grande parte das ações das empresas estatais terem sido compradas por estrangeiros, e induziram a uma financeirização exacerbada, uma vez que bancos de investimentos e outras instituições financeiras, como fundos de pensão, foram protagonistas entre os adquirentes nos leilões. Em vários casos, poucos anos após comprar ações dessas empresas, as instituições financeiras as revenderam, confirmando seus objetivos puramente especulativos com a rápida saída do negócio, após aferição de retornos significativos (RODRIGUES *ET AL*, 2017, P. 05).

Grande parte das privatizações da década de 1990 aconteceram no governo de FHC, para sustentar a implantação do Plano Real, de acordo com Rodrigues *et al* (2017), para manter a estabilidade do plano, foi adotada uma taxa de juros elevada para atrair o capital estrangeiro especulativo, para compor as reservas cambiais que serviram de lastro para o real (moeda a ser implantada na reforma monetária realizada pelo plano). A moeda nacional valorizada era estratégia da política do governo, como o câmbio era semifixo (ou seja, determinado pelo governo), não era uma consequência do excesso de divisas oriundos da política de juros altos (há esse efeito quando a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, que não é o caso).

A moeda sobrevalorizada e a abertura comercial eram políticas que rebatiam negativamente na balança comercial, fazendo com que as políticas do Plano Real criassem uma armadilha ao crescimento econômico, visto que quando a economia crescia, elevavam-se ainda mais os déficits comercial e de transações correntes (RODRIGUES *ET AL*, 2017).

As privatizações eram pretextadas como funcional para o equilíbrio fiscal, os argumentos para justifica-las era de que as estatais oneravam demais as contas públicas. A moeda supervalorizada e abertura comercial demandavam divisas para sustentar a base do plano, então o governo pretendia com as privatizações angariar divisas para financiar o déficit da conta corrente (evitando desvalorizar o câmbio, pois com isso o Plano Real perderia sua razão de ser).

A modernização do parque produtivo era nada mais que uma falácia do governo, haja vista que a política de juros alta barrava as possibilidades de investimentos das empresas nacionais (que foram sucateadas nessa época, muitas foram a falência, o que acabou culminando nos altos índices de desempregos da época e no que a literatura chama de desindustrialização da economia brasileira).

É importante ressaltar que FHC manteve a política de valorização do Real até sua reeleição, em 1998 promoveu uma forte desvalorização na tentativa de controlar os déficits em transações correntes, após sofrer pressões para deixar o câmbio flutuar livremente (nesse regime o governo não intervém, sendo as taxas determinadas pelo mercado), com isso há essa forte desvalorização, de acordo com as forças de mercado, ofertantes e demandantes de moeda estrangeira.

7.1.2. Privatizações No Governo Fernando Collor De Melo (1990-1992)

No governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) criou-se o I PND - Plano Nacional de Desestatização amparado pela lei nº 8.031 de 12/05/1990. De acordo com a lei, a

privatização “é a alienação, pela união, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade” (BRASIL, 2019).

Rodrigues et al (2017), apresenta o principal foco do governo Collor eram as estatais do setor de infraestrutura. As decisões governamentais estavam presas nas ideias neoliberais de que o Estado só deveria investir em setores e empresas que não eram interessantes ao capital privado, e que deveria voltar a atenção para as áreas ditas essenciais para a sociedade, tais como educação, saúde e segurança, de modo bem geral.

No que tange o critério de avaliação utilizado no governo Collor, Souza (2008) chama atenção, que os critérios de avaliação das estatais deixavam a desejar, empurrando o preço de venda para níveis insignificantes. Além disso, as consultorias estrangeiras contratadas para realizar as avaliações eram em certos casos indiretamente vinculadas as empresas compradoras. Uma forma de avaliação segundo (Souza, 2008) “partiam do rendimento esperado para os próximos dez anos e o traziam para o valor presente, usando como taxa de desconto a maior rentabilidade no mercado” (SOUZA, 2008, P.213).

As privatizações ocorridas no governo Collor totalizaram 18 empresas, no qual somaram US\$ 3,6 bilhões, conforme apresenta a tabela 01.

Tabela 01: Privatizações no governo Collor (1990-1992)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Usiminas	1.112,40
Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)	797,1
Cia Aços Especiais Itabira (Acesita)	465,4
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	347,4
Petroflex Ind. E Com. S.A.	234,1
Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil)	182
Aços Finos Piratini S.A.	107,9
Celma	90,7
Companhia Nacional de Álcalis (CNA)	81,4
Companhia Industrial de Polipropileno (PPH)	59,4
Polisul Petroquímica S.A.	56,8
Marfesa	48,4
Nitriflex S.A. Ind. E Com.	26,2
Cosinor	13,7

Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil)	13
Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)	12
Companhia Brasileira de Estireno (CBE)	10,9
Indag S.A	6,8
Total	3.665,6

Fonte: RODRIGUES *et al.* (2017, p. 08)

7.1.2.1. A Privatização Da Usinas Siderúrgicas De Minas Gerais S.A (Usiminas)

O caso de privatização no governo Collor mais repercutido foi da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A- Usiminas. Souza (2008) explica que a sua alienação representou apenas uma firme sinalização aos grupos de representantes das elites financeiras da posição do governo, de realizar a abertura econômica do país, colocando em prática o a desestatização da economia.

A Usiminas foi privatizada em 24 de outubro de 1991, depois de um ano de sua posse. Este fato expressa a dificuldade que o governo teve em poder levar adiante o processo de desestatização da economia, apesar de no ato de posse já deixar transparecer que esse seria um grande objetivo do seu governo.

As razões para o processo de desestatização das estatais, segundo Souza (2008) era a ineficiência e supostos prejuízos, o que não cabia a Usiminas, pois de acordo com o autor supracitado além de altamente lucrativa, era tida como uma das mais avançadas tecnologicamente no mundo, perdendo apenas para uma empresa japonesa, que foi uma de suas compradoras. O segundo motivo é a diminuição da participação da máquina pública, ou seja, do Estado na economia, segundo a ideias neoliberais deixando o mercado aberto e livre.

A Usiminas foi avaliada entre US\$8 a US\$ 10 bilhões e foi alienada, conforme Rodrigues et al (2017) por US\$ 1,1 bilhão, no qual Souza (2008) explica que foi paga integralmente em moedas podres¹⁰, “que são títulos em mãos do público, que atravessavam então um profundo processo de desvalorização, superando, em muitos casos 70%” (SOUZA, 2008, P. 212).

Almeida (2009) cita que a Usiminas estava na área livre, passível de privatização. Além da proteção da constituição de 1988, algumas empresas possuíam leis próprias, a exemplo da

¹⁰ As moedas aceitas na privatização foram: Cruzeiros, cruzados novos, Títulos da Dívida Agrária - BEM, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, Debêntures da Siderbrás, Certificados de Privatização – CP, Débitos Vencidos Renegociados (securitizados) – DVR, Créditos e títulos da dívida externa.

Petrobras que no ato de sua criação ainda no governo de Getúlio (segundo governo), já foi aprovada a lei de domínio público. Então as empresas de setores estratégicos contatavam com amarras constitucionais ou de leis específicas mesmo. A tabela abaixo mostra os grupos das empresas que estavam protegidas até então por lei, chegando na área livre, no qual as empresas eram passíveis de privatização. O Estado pretendia subir da área livre até o grupo 1 com a ajuda da implementação da Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990 que criava o Programa Nacional de Desestatização, (ALMEIDA, 2009).

Quadro 1: Classificação das empresas estatais passíveis de privatização

1.Áreas de monopólio	Prospecção, refino e transporte de petróleo e gás natural: Petrobrás.
2.Áreas de concessão estatal	Serviços públicos que podem ser por concessão exclusiva à empresa de capital estatal. Serviços telefônicos e de transmissão de dados: Telebrás.
3.Áreas de concessão livre	Serviços públicos que podem ser realizados sob concessão a agentes privados: energia elétrica: Eletrobrás, Portos: Portobrás, Ferrovias: RFFSA; água e esgoto; infraestrutura aeroportuária; rodovias federais.
4.Área livre	Demais empresas industriais de serviços gerais

Fonte: ALMEIDA (2009, p.163)

A Usiminas estava no grupo de número 4, possuía potencial de alto lucro, se destacava no seu ramo de atuação, possuía vantagens comparativas e posição estratégicas e geográficas, tinha um custo operacional cerca de 40% inferior à de suas concorrentes. O governo precisava ganhar a confiança do capital estrangeiro, enquanto ia trabalhando para destruir as amarras dos outros grupos, estes protegidos pela constituição e/ou leis específicas, a então estatal apresentava elevado potencial de lucratividade (ALMEIDA, 2009).

Antes da privatização a composição da Usiminas era da forma como se segue a tabela abaixo:

Tabela 02: A composição acionária (em %) da Usiminas antes da privatização

Acionistas	Ordinárias ¹¹	Preferenciais	Total
Siderbrás/BNDES	85,28	85,85	85,57
Nippon Usiminas	13,84	11,93	12,88

¹¹ Ações ordinárias dão direito a voto em assembleia da empresa. As ações preferenciais têm preferência no reembolso de capital, caso aconteça a liquidação financeira da empresa, e tem preferência no pagamento de dividendos.

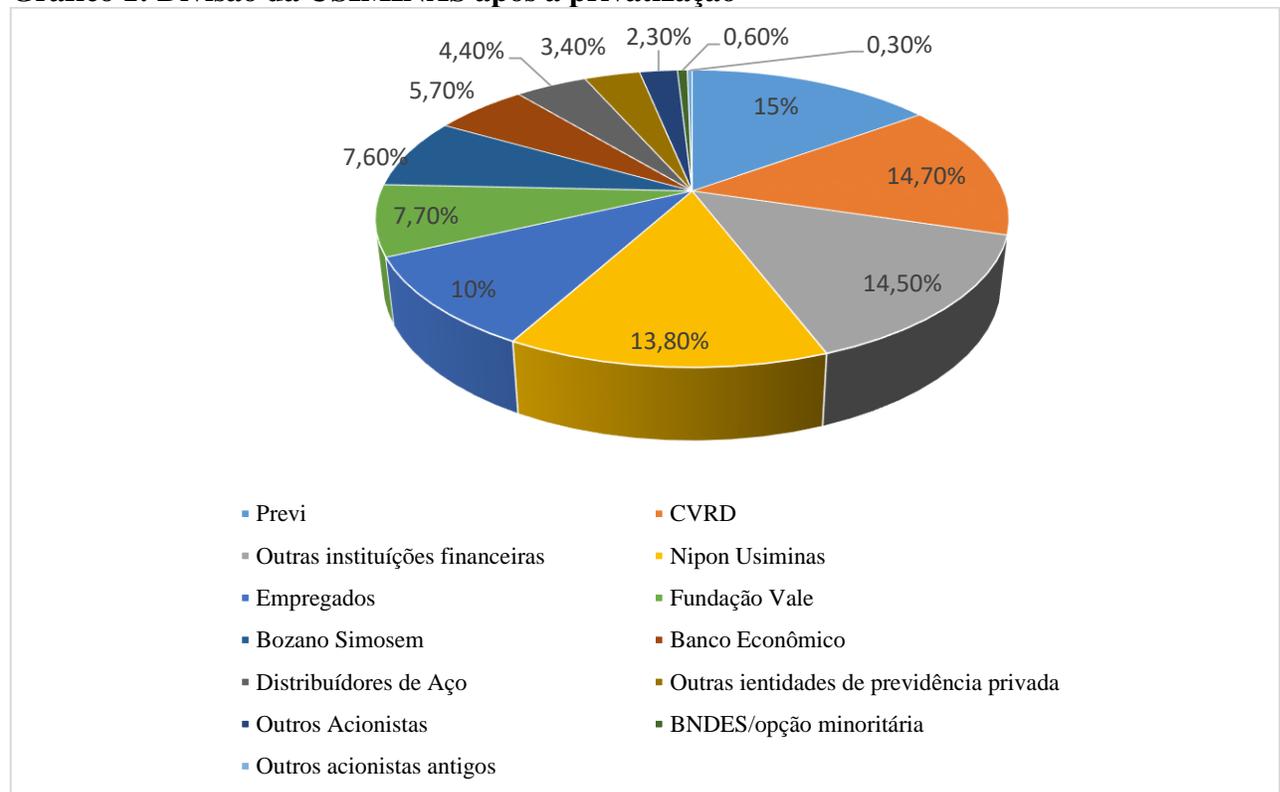
Outros	0,88	2,22	1,55
--------	------	------	------

Fonte: Salinas, 2003.

Sobre a Nippon Steel Souza (2008) explica que era uma empresa japonesa tecnologicamente a mais avançada do mundo, (a Usiminas era a segunda).

Como pode ser analisado no gráfico abaixo, após a privatização, uma grande fatia da Usiminas ficou em mãos de bancos, porém, de acordo com Rodrigues *et al* (2017), os bancos compraram ações meramente por especulação, passando adiante em pouco tempo. A CVRD, empresa que seria privatizada no governo FHC, arrematou 14,7% tornando a segunda maior acionista. A Nippon-Usiminas já possuía ações da empresa e nesse contexto, a maior produtora mundial de aço líquido, ficou com quase 14% das ações da empresa alienada.

Gráfico 1: Divisão da USIMINAS após a privatização



Fonte: Rodrigues *et al.* (2017, p. 09)

Com o impedimento de Collor em 1992, a presidência foi ocupada pelo seu vice, Itamar Franco. Uma Medida Provisória de nº 362, de 25/10/1993 que permitia a participação do capital estrangeiro no processo de privatização, que até então era de 40%, aumentando para 100% do total

das ações disponíveis em leilões, foi promulgada pelo presidente, intensificando, sob forma de investimentos diretos a entrada de capital estrangeiro no país. (RODRIGUES *ET AL*, 2017).

Esboçando um lado mais real dos processos de privatização na economia brasileira, o governo estaria privatizando as estatais para além de abrir a economia, diminuir o tamanho do Estado, e resolver a crise fiscal que o país enfrentara. Segundo Almeida (2009), citando um estudo do economista Francisco Lopes, em 1992 o Estado já havia arrecadado aproximadamente US\$ 46 bilhões com as 16 empresas privatizadas até o momento. No entanto, o dinheiro arrecadado não estava sendo usado para o abatimento da dívida externa, cerca de 2% do pagamento arrecadado era em moeda corrente da época, as moedas podres, que segundo o autor estavam desviando o dinheiro do rumo certo.

Com isso a dívida externa não estava sendo reduzida. De acordo com Almeida (2009), o Brasil estava pagando aos “clientes”, no mercado de capitais, um preço mais elevado para lhes entregar o patrimônio do próprio Estado.

O autor supracitado, usando ainda o estudo de Francisco Lopes, aponta “que 97% dos valores arrecadados com a venda das empresas estatais foram empregados nos certificados de privatização; ou seja, quase tudo o que o governo recebeu pelas empresas estatais foram moedas podres” ALMEIDA (2009, P. 168). E o referido autor, comentando ainda sobre Francisco Lopes argumenta que seu estudo:

Se tornava ainda mais respeitável quando se observava que entre julho de 1991 e julho de 1992 a dívida mobiliária federal fora do Banco Central tinha aumentado em mais de US\$ 17 bilhões, o que segundo ele correspondia a mais de 4% do PIB. Argumentava, ainda, com certa razão, que a política de juros reais deveria produzir um componente de 2,5% enquanto o PND até aquele momento tinha conseguido reduzi-lo em apenas 0,8%, ou seja, o que o Dr. Lopes não via, ou não queria ver, o que é pior, é que com as taxas de juros praticadas a partir do Programa neoliberal, um dos fatores que realimentam a dívida pública era o déficit em conta corrente. O modelo adotado pelo governo neoliberal era responsável pela continuação da percentagem dos 4% do PIB à qual ele se referia e que correspondia aos US\$ 17 bilhões dos quais ele fingia admirar-se (ALMEIDA, 2009, P. 169).

Um artigo publicado na folha de São Paulo em 29 de abril de 1997, afirma que no ano da privatização da Usiminas (1991) antes da sua alienação, obteve um lucro de US\$ 59 milhões, quatro anos após a privatização em 1995, o lucro da empresa chegou a US\$ 325 milhões, ou seja, um crescimento de aproximadamente 450%¹². Em 1996 o lucro caiu para US\$ 268,4 milhões, devido

¹² A USIMINAS apresenta algumas vantagens sobre as suas concorrentes devido a possibilidade de aquisição de matérias primas abundantes e de alta qualidade, possuir baixo custo devido as melhorias implementadas.

a mudança na política financeira, com a diminuição dos juros em aplicações financeiras e aumento de custos. O quadro de funcionários foi reduzido de 12.480 em 1991 para 9.300 em 1997, ainda de acordo com o artigo supracitado.

7.1.3. Privatizações No Governo Itamar Franco (1992-1994)

No total, no governo Itamar Franco foram privatizadas 15 empresas, entrando no caixa do governo US\$ 3,2 bilhões, como mostra a tabela abaixo, (RODRIGUES *ET AL*, 2017).

Tabela 03: Privatizações do governo Itamar (1992-1994)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1.271,70
Aço Minas Gerais S.A. (Açominas)	598,5
Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)	359,8
Petroquímica União S.A	287,53
Ultrafértil – Ind. E Com. De Fertilizantes S.A.	210,5
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer)	192,20
Poliolefinas S.A.	87,1
Oxiten S.A. Ind. E Com.	53,9
Politeno Indústria e Comércio S.A.	44,87
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo)	25,95
Ciquini – Companhia Petroquímica	23,69
Polialden Petroquímica	16,73
Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor)	12,14
Arafértil S.A.	10,76
Mineração Caraíba Ltda.	5,77
Total	3.201,13

Fonte: Rodrigues *et al.* (2017)

7.1.3.1. A Privatização Da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi privatizada em 02/04/1993, no montante de US\$ 1,7 bilhão, era a maior siderúrgica de aço comum e produtos planos do país, tinha a capacidade de produzir 4,6 milhões de toneladas de aço por ano (RODRIGUES *et al*, 2017).

Foram vários fatores que levaram a alienação da CSN, políticos - exagero da intervenção política, financeiros - a empresa estava com salários atrasados aproximadamente 8 meses, econômicos - fim da guerra fria. Com destaque para os fatores políticos que afetava muito a

empresa como um todo, como o “tabelamento do preço do aço no mercado interno abaixo do custo, a fim de controlar a inflação, obrigando a CSN a colocar aporte financeiro; e entrega de quotas de aço a políticos que as revendiam para o mercado acima do valor tabelado” (NEVARES, 1997, P.96).

Segundo Vivian (2007), após a privatização, o grupo controlador da empresa ficou constituído pelo “Grupo Vicunha, Banco Bamerindus, Docenave, o Clube de Investimentos dos Funcionários da CSN e a Emesa S/A Indústria e Comércio de Metais, uma *trading* cuja participação era bem menor que a dos demais¹³” (VIVIAN, 2007, P. 39).

Antes mesmo da privatização o terreno da CSN já estava sendo preparado para a sua alienação. As demissões de empregados e o aumento do número de aposentadorias, aumentou em alguns anos, oscilando em 1995, em que os números de aposentados foram maiores do que as demissões. O exagero da interferência políticas, influenciou até na hora de demitir, devido segundo Nevares (1997) os políticos tentassem proteger os seus.

Os anos mais expressivos de demissões foram 1990 a 1993 quando foi privatizada, conforme a tabela 05 abaixo;

Tabela 04: Evolução do Número de Empregados demitidos e de Aposentadorias na CSN.

Ano	Número de Demissões	Número de Aposentadorias
1989	458	86
1990	1829	289
1991	2264	357
1992	754	137
1993	715	254
1994	550	192
1995	364	720
1996	485	598
Total	7419	2633

Fonte: Nevares, 1997, p. 100

Lima Netto que era presidente da empresa no governo de Fernando Collor de Melo e foi demitido no governo de Itamar Franco, voltou a presidência ainda em 1993 logo após a privatização da empresa, devido seu projeto revitalização das contas da empresa. Um ano após sua venda, a empresa apresentou um lucro líquido de US\$ 150 milhões e atingia o recorde latino-americano de

¹³ As moedas utilizadas na compra das ações da CSN, foram: debêntures da SIDERBRÁS- SIBR; Certificados de Privatização - CP; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND; Dívidas Securitizadas da União - DISEC; Título da Dívida Agrária - TDA; Título da Dívida Externa - DIVEX; letras hipotecárias da CEF; e moeda corrente.

produção, com 4,6 milhões de toneladas de aço líquido. Em 1995 o Banco Bamerindus vendeu suas ações para o grupo Vicunha, e Benjamin Steinbruch se tornou presidente da antiga estatal.

Com o objetivo de aumentar a lucratividade e a competitividade da empresa, entraram em 1996 no leilão de privatização da Light Serviços de Eletricidade S.A¹⁴.- além de obterem concessões das malhas ferroviárias “Centro-Leste - originando assim a empresa Ferrovia Centro Atlântica (FCA) -, Sudeste – dando origem a MRS Logística – e Nordeste – constituindo a Companhia Ferroviária Nordeste (CFN) – e de terminais de carvão e de contêineres do porto de Sepetiba” (VIVIAN, 2007, P.41).

Em 1997 a CSN comprou uma grande fatia da CVRD, tornando-se sua controladora, ressalta-se que, segundo Rodrigues *et al* (2017) em 2002 a CSN possuía as seguintes empresas controladas:

Tabela 05: Empresas controladas ou com participações da CSN

Empresas	Percentual do controle
Nacionais-CISA-CSN Indústria de Aços Revestidos S/A	100%
INAL-Indústria Nacional de Aços Laminados S/A	100%
CSN Energia S/A	100%
FEM – Projetos	100%
Cia. Metalic Nordeste	100%
CSN Participações Energéticas S/A	100%
CSC – Cia. Siderúrgica do Ceará	100%
CSN I S/A	100%
ITASA – Itá Energética S/A	100%
Internacionais – CSN Overseas	100%
CSN Island Corp.	100%
CSN Energy Corp.	100%
CSN Steel II S/A	100%
CSN Panama S/A	100%
GalvaSud S/A	51%
NEPAR – Nordeste Energia Participações S/A	50%
Sepetiba Tecon S/A	50%
CSN Aceros S/A	37%
CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste	32%
MRS Logística S/A	32%
Ferrovia Centro Atlântica S/A	12%

Fonte: Vivian, (2007), adaptado

No entanto, a empresa passou por grandes mudanças e realizou grandes investimentos, como foi demonstrado a cima para se tornar uma empresa competitiva. Sofreu com mudança na

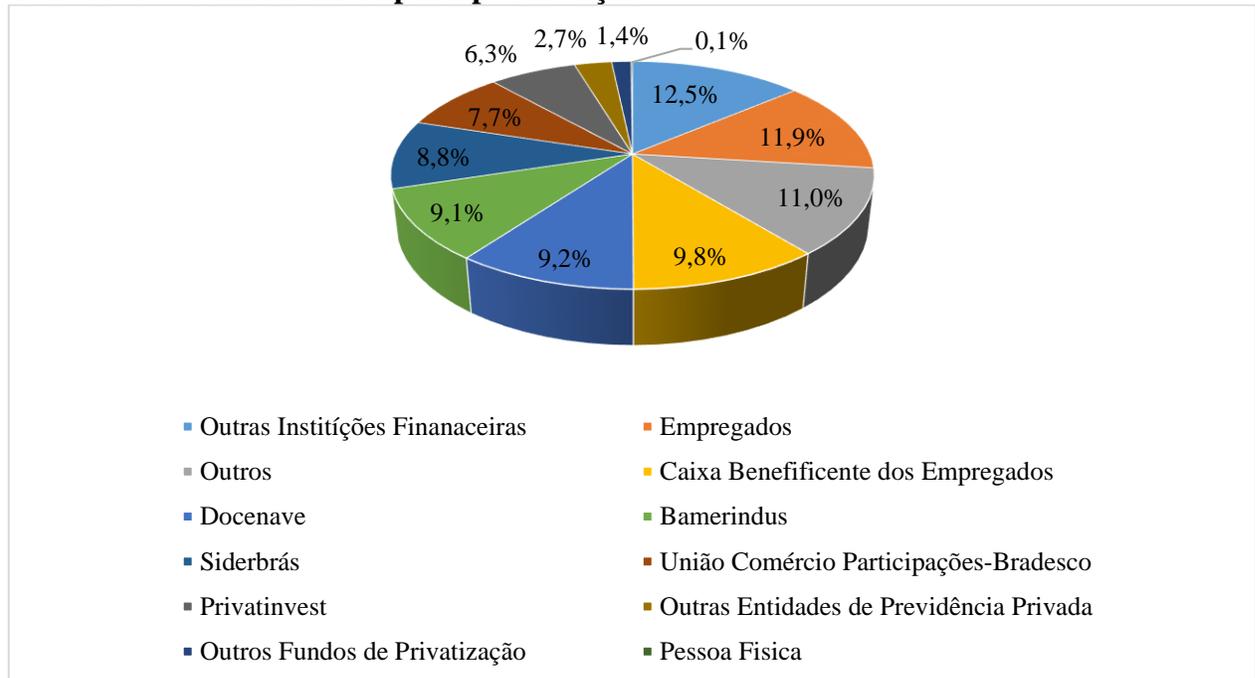
¹⁴ Light Empresa de Energia, com sede no Rio de Janeiro, empresa da União privatizada em 1996.

estrutura organizacional incluindo diretorias, realizando redução de custos, com destaque para a redução do quadro de funcionários.

Para se tornar competitiva comprou ações da empresa de energia na qual era sua principal cliente, além das obtenções de uso das malhas ferroviárias para o escoamento de sua produção, (VIVIAN, 2007).

O gráfico a seguir demonstra como ficou a divisão da empresa após a privatização:

Gráfico 2: Divisão da CSN após a privatização



Fonte: Rodrigues et al. (2017, p.14)

7.1.3.2. A Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A (Embraer)

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A (EMBRAER) foi privatizada por US\$ 192,2 milhões, em dezembro de 1994, segundo Rodrigues *et al* (2017). O motivo da privatização não foi bem explicitado, já que era a única empresa aeronáutica do país e tinha capacidade de competir com empresas estrangeiras. No entanto, a empresa vinha passando por uma crise financeira, devido ao não aproveitamento de suas grandes potencialidades. Foi uma privatização na qual segundo Rodrigues *et al* (2017) houve algumas denúncias de favorecimento à algumas empresas estrangeiras interessadas no leilão da empresa.

De acordo com Bernardes (2000), os anos que antecederam a privatização da EMBRAER “foram marcados por crescentes dificuldades financeiras e queda nas vendas. Com a posse dos

novos controladores houve um profundo processo de reestruturação interna, com o delineamento de novas estratégias de mercado”, (BERNARDES 2000, P.13). Houve uma nova estruturação com a exploração de novos mercados regional e mundial, além de algumas parcerias na criação de novos modelos (como é o caso do ERJ 145) com a Argentina, que segundo Bernardes (2000), foi responsável por um prejuízo de US\$ 280 milhões aos cofres da empresa.

Seguindo o autor supracitado, meses antes de sua privatização a Embraer havia pegado empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 30 milhões para manter-se funcionando, além de estar na seguinte situação:

As dívidas da estatal alcançavam cerca de US\$ 1 bilhão, em 1994. O Governo Federal realizou um programa de saneamento financeiro, através de uma operação de capitalização, injetando recursos da ordem de R\$ 350 milhões, sendo R\$ 202 milhões relativos a uma parte da dívida com o Banco do Brasil, R\$ 68 milhões de uma dívida com debenturistas e R\$ 125 milhões de um débito com a empresa canadense EDC. Mais R\$ 23 milhões em debêntures foram convertidas em ações. O governo assumiu cerca de US\$ 700 milhões da dívida da empresa, reduzindo o endividamento para algo da ordem de US\$ 350 milhões (BERNARDES, 2000, P.13).

No entanto, a estatal era a única empresa brasileira fabricante e comerciante de aeronaves, possuía filiais fora do Brasil como mostra a citação a seguir, e ainda incorria endividada, deixando dúvidas se era de fato um fardo pesado para o governo ou se era falta de gestão em relação aos seus dirigentes:

EAI – EMBRAER Aviation, subsidiária localizada no aeroporto de Le Bourget, em Paris, França, fundada em 1983. Comercializa e dá suporte pós-venda aos produtos e apoio técnico para o EBM 121 Xingu e o BEM 312 Tucano operados pela Força Aérea Francesa. Tem 84 empregados.

Neiva – situada em Botucatu, interior de São Paulo, fabrica o avião agrícola Ipanema e mais dois modelos de aviões leves. Número de funcionários: 314.

EAC – EMBRAER Aircraft, localizada em Fort Lauderdale, Flórida, EUA. Comercializa e fornece suporte técnico pós-venda aos produtos. Número de funcionários: 139.

EMBRAER – Austrália, localizada em Melbourne, Victória. Comercializa e dá suporte pós-venda. Fundada em 1998. Número de funcionários: 3 (Bernardes 2000, p. 13, *grifos próprios*).

Com relação ao modo de privatização foram ofertadas:

6,2 milhões de ações ou 55,4% do capital votante, ao valor mínimo de R\$ 153,7 milhões. O preço mínimo do lote de mil ações foi definido em R\$ 48,32, o que significou um deságio de 20% em relação ao valor patrimonial do lote de mil ações (R\$ 60,00)

A empresa foi arrematada por R\$ 154,1 milhões, 0,3% acima do preço mínimo fixado para o leilão e foi paga integralmente em títulos da dívida de estatais (“moedas podres”). Foram vendidos 3.074 lotes de mil ações, sendo 2.295 ao preço mínimo, totalizando R\$ 114,750 milhões; e 779 lotes, a R\$ 49, somando R\$ 39,408 milhões. Este valor foi pago integralmente com títulos da dívida pública, o que significou um deságio médio de 50% sobre o valor pago, (BERNARDES, 2000, P. 14).

O principal investidor individual da EMBRAER foi um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos o *Wasserstein Perella*, “sócio da maior corretora do mundo, a *Nomura Securities*, que detinha uma participação de 20% no capital do banco. O *Wasserstein Perella* passou a controlar 19,09% das ações ordinárias da EMBRAER, investindo cerca de R\$ 58 milhões na aquisição” (BERNARDES 2000 P. 14). Vale aqui destacar a participação do consórcio liderado pelo grupo Bozano, Simonsen com a compra de 40% das ações com direito a voto da empresa. Outros investidores da empresa foram segundo Bernardes (2000), o Bozano, Simonsen *Limited* (13,65%), o Sistel (10,42%), a Previ (10,40%), o Bozano Leasing (3,63%) e a Fundação Cesp (1,9%), além dos 10% reservados aos funcionários da empresa.

Após a privatização segundo (Fonseca 2012), “os novos controladores investiram US\$ 500 milhões através de debêntures, financiaram US\$ 126 milhões com BNDES, que seria usado em grande parte no desenvolvimento do avião ERJ-1445, no período de 1995 a 1998”. (Fonseca 2012, p.46).

Algo que é comum após a privatização é a redução do capital humano, a modernização, gerando assim desemprego, mas aumentando a eficiência da empresa, com a EMBRAER não foi diferente, segundo Fonseca (2012) houve a redução de 11% no quadro de funcionários.

Com o modelo ERJ-145, de acordo com Fonseca (2012) a Embraer passou a disputar o mercado internacional de jatos regionais a partir de 1996, concorrendo para o fornecimento de 150 aeronaves para as empresas americanas ASA e Comer de aviação regional, no entanto, perdeu a venda devido a sua concorrente a Bombardier possuir apoio do governo para comercializar e exportar suas aeronaves. A Embraer possuía melhores condições técnicas de venda e preço segundo FONSECA (2012).

Com o lançamento das ações da empresa na bolsa de Nova York no ano de 2000, as ações se pulverizaram e não possui um grupo controlador. Em 2012, as ações da empresa estavam pulverizadas 49% em Nova York e 51% na Bovespa. Naquele ano. De acordo com Fonseca (2012) o maior acionista da Embraer era a Previ, com 12,8% das ações, seguida pelo fundo norte-americano Oppenheimer, com 7,2% das ações. O grupo Bozano-Simonsen em 2012 possuía cerca de 6% do capital total.

Ressalta-se a forma de pagamento da empresa, integralmente com moedas podres, ou como alguns autores chamam, a moeda de privatização. Uma empresa que poderia trazer muitos benefícios ao governo desde que este a administrasse de forma correta realizando uma boa gestão,

foi repassada ao setor privado usando títulos desvalorizados. Após a privatização foram criadas uma classe especial de ações, as *Goldem Share*, destinadas a União, com direito de veto em matérias relativas à atuação da EMBRAER em programas militares, mudança do objeto social e transferência do controle acionário.

7.1.4. Privatizações No Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Fernando Henrique Cardoso foi Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, iniciando ali o Plano Real (Souza, 2008). Sua primeira ação, enquanto ministro, foi o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), que não passou de um programa de transição para a implementação do Plano Real¹⁵ O PAI tinha ênfase no reajuste das contas do setor público, devido os desequilíbrios serem a causa da inflação crônica no Brasil (de acordo com o diagnóstico preconizado pela equipe econômica), além de conter medidas conservadoras e preconizadas pelo Consenso de Washington, com políticas monetárias ativas, ações estratégicas para acelerar o processo de privatização e abertura da economia, já iniciadas no governo Collor (Souza, 2008).

Para os planos de FHC serem efetivados, deveria quebrar o domínio público sobre os setores estratégicos da economia salvaguardados pela constituição federal de 1988 e leis específicas. Após assumir como presidente em 01/01/1995, enviou ao Congresso a proposta da PEC (Proposta de Emenda /Constitucional) de quebra do domínio público, em fevereiro de 1995, no qual foram aprovadas na Câmara dos Deputados, em junho do mesmo ano, alterando os artigos 171, 176 e 177 da Constituição Federal, acabando com o conceito de capital nacional e permitindo a participação do capital estrangeiro nos setores estratégicos da economia brasileira, salvaguardando apenas a Petrobrás, (SOUZA, 2008).

As PECs segundo o autor supracitado, possuíam o objetivo de não era de abrir os setores para investimentos ou instalação de novas empresa privadas, mais sim transferir o patrimônio das empresas públicas para grupos privados, sobretudo empresas estrangeiras, fomentando o aumento do capital especulativo. O que a firma a desnacionalização advinda das privatizações, principalmente em setores estratégicos da economia.

Aprovada a PEC, o programa de desestatização da economia acelerou, em 1996 alienou o patrimônio de 11 novas empresas sobretudo do setor ferroviário, num total de US\$ 4,23

¹⁵ Que diferentemente dos vários planos anteriores, seria implantado de forma lenta e gradual, percorrendo várias fases até ser de fato concluído (Souza, 2008).

bilhões, retomou a alienação do setor elétrico federal e estadual, com a privatização da Light Serviços de Eletricidade S.A (*Ligth*) por US\$ 2,5 bilhões e da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) por US\$ 587 milhões, (SOUZA, 2008 P. 241).

Em 1997 o governo desfez-se de um patrimônio avaliado em US\$ 19,96 bilhões:

Destacando-se a alienação do setor de minérios com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, e iniciando a privatização no setor de telefonia com as concessões da Banda B da telefonia celular e a aceleração da privatização do setor elétrico (11 empresas estaduais de energia elétrica), (SOUZA, 2008, P. 242).

Em 1998 alienou-se o sistema Telebrás, o restante da Banda B da telefonia celular, além de empresas elétricas e alguns portos marítimos, com isso o Estado, de acordo com Souza (2008), perdeu 76% do seu patrimônio público.

O capital estrangeiro, segundo o autor supracitado, prosseguiu com a entrada maciça na economia nacional, contribuindo para financiar o déficit das contas externas, devido a sobrevalorização do Real. O capital estrangeiro no primeiro ano do governo de FHC, realizou:

Sob a forma de investimento direto, pulou da média de US\$ 1,68 bilhão de 1991 a 1994 para US\$ 5,48 bilhões em 1995, duplicando de 1994 para 1995. Conseguiu duplicar novamente de 1995 para 1996, subindo de US\$ 5,48 bilhões para US\$ 10,50 bilhões. Continuando a subir chegando a atingir US\$ 30,5 bilhões em 2000, (SOUZA, 2008, P. 242).

Quanto a Petrobrás, é importante salientar que em agosto de 2000, venderam as ações consideradas excedentes para a garantia do controle acionário, por um valor de US\$ 4 bilhões, no qual mais US\$ 808 milhões foram arrecadados em julho dos anos seguintes, do total, 67 % desse montante segundo Souza (2008), foram adquiridos por grupos estrangeiros. Além disso, a Agência Nacional de Petróleo leiloou importantes reservas.

O resultado do avanço do capital estrangeiro no país provocou um forte crescimento do passivo externo líquido, de acordo com Souza (2008) “subiu de US\$ 149 milhões em dezembro 1994 para US\$ 354 bilhões em setembro de 2001, em termos brutos, subiu de US\$ 213 bilhões para US\$ 409 bilhões” (SOUZA, 2008 P. 243).

Vale ressaltar que, segundo o autor supracitado, o aumento da dívida externa contribuiu para o crescimento do passivo externo. O passivo externo é “a soma de todo o capital estrangeiro existente no país, em suas várias modalidades, por exemplo, investimento direto estrangeiro, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras” (SOUZA, 2008, P. 243).

Rodrigues et al (2017), aponta que durante o primeiro governo de FHC (1995-1998) foram privatizadas um total de 31 empresas, num montante total de US\$ 31.974 bilhões, conforme tabela abaixo:

Tabela 04: Privatizações do primeiro governo FHC (1995-1998)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Sistema Telebrás	22.000,00
CVRD	3.298,9
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2.356,9
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sudeste	888,9
Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul)	879,5
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	399,9
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Centro-Leste	316,9
Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene)	270,4
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp – Tecon 1)	251,1
Banco Meridional do Brasil	240,1
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sul	216,6
Salgema Indústrias Químicas S.A.	139,213
Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC)	99,564
Polibrasil S.A. Ind. E Com.	99,4
Porto de Sepetiba	92,96
Polipropileno S.A.	81,2
Pronor S.A.	63,45
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Oeste	62,36
Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP)	36
Terminal Roll-On Roll-off do Porto de Rio de Janeiro	31,56
Nitrocarbono S.A.	29,55
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Tereza Cristina	18,51
Estireno do Nordeste S.A.	16,6
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Nordeste	15,8
Malha Paulista (antiga Fepasa)	15,8
Cais de Paul	15,8
Deten Química S.A.	12,1
Cais de Capuaba	10,71
Porto de Angra dos Reis	9,36
Koppol Films S.A.	3,1
Companhia Química do Recôncavo (CQR)	1,708
Total	31.974,0

Fonte: Rodrigues *et al.* (2017)

As empresas que mais se destacaram nas privatizações expostas na tabela 05, foram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e o Sistema Telebrás. Duas empresas que faziam e fazem parte de setores estratégicos da economia, com grandes potenciais de crescimento, com destaque internacionalmente.

A CVRD a maior produtora parte de minério de ferro do mundo, segundo Souza (2008). A sua privatização foi muito questionada devido a empresa ser muito lucrativa e ter se tornado um símbolo do patrimônio brasileiro. O Governo privatizou a CVRD, apenas para sinalizar para as empresas estrangeiras, que as privatizações faziam parte das políticas do governo.

O sistema Telebrás considerado segundo Souza (2008) como joia rara da coroa, era uma grande estatal brasileira, que detinha o monopólio do sistema telefônico brasileiro. A Telebrás possuía alto nível de crescimento, tanto que quando foi privatizada desenvolveu muito o sistema telefônico do país, precisava apenas de uma boa gestão, e busca pela inovação tecnológica.

Os processos de privatização das empresas aqui destacadas serão descritos pormenorizadamente a seguir.

7.1.4.1. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Criada no governo de Getúlio Vargas em 1942, a CVRD, de acordo com Souza (2008), havia se tornado símbolo de maior soberania e de desenvolvimento nacional, juntamente com a CSN e a Petrobrás.

Souza (2008) explica que a CVRD entrou no programa nacional de desestatização em 1996 após a abertura do subsolo brasileiro para o capital estrangeiro, uma das maiores mineradoras do mundo, sendo a maior produtora e exportadora de minério de ferro.

O autor complementa que o controle acionário da CVRD foi entregue em 6 de maio de 1997, por apenas US\$ 3,3 bilhões. Essa alienação, segundo o autor, foi para sinalizar para o capital estrangeiro que a privatização da economia era parte indissociável do projeto do novo governo, assim como fez Fernando Collor de Melo com a Usiminas.

A CVRD, ainda segundo o autor, tinha um patrimônio total, somando toda a sua estrutura e reservas de ferro, de mais de US\$ 1,5 trilhão, mais US\$ 12 bilhões em jazidas gigantes encontradas as vésperas do seu leilão, eram as maiores jazidas de ouro já descobertas em toda a história do Brasil.

Antes da privatização da CVRD a composição das suas ações eram, segundo Rodrigues *et al* (2017) 75,97%, da União e outros com 27,03% restantes.

Souza (2008) cita que “a empresa foi arrematada por um consócio formado entre o empresário Benjamin Steinbruch (através da CSN), o banco estadunidense Nationsbank e o Banco brasileiro Oportunity, com o apoio direto dos fundos de pensão comandados pelo governo” (SOUZA 2008, P. 246). O *NationsBank* e o *Opportunity* associaram-se ao Consórcio Brasil por intermédio dos fundos de investimentos *Sweet River* e *Elétron*, respectivamente. O chamado consócio Brasil contou ainda indiretamente com o apoio do Banco Bradesco) impossibilitado de participar por ter prestado consultoria ao BNDES), que concedeu uma quantia de R\$ 600 milhões a duas empresas controladas pela *Életron*, no qual poderia ser transformado em ações em caso de não pagamento, (FGV, 2019, S/P).

Segundo Almeida (2009):

A CVRD era uma das empresas que mais contribuía para diminuir o desequilíbrio da balança comercial, no entanto, em vez de fortalecer as empresas estatais, os governos preferiram privatiza-las a partir dos anos 90, adotando os receituários econômicos do FMI e do Banco Mundial (ALMEIDA, 2009, P. 198).

A CVRD ao longo de sua história conquistou a liderança mundial em produtos em que o Brasil possuía vantagens comparativas, como minério de ferro e manganês. Ainda na década de 1970, o governo recorria a CVRD com o objetivo de superação da crise que se desenhou na década, utilizando-se dela, segundo Almeida (2009), não só para baixar os custos do capital constantes das empresas privadas, entregando seus produtos no mercado interno por preço abaixo do valor, mas também para reverter a situação difícil na balança comercial. O clientelismo era uma prática, e continua até hoje, sendo empresas privadas ou não, com nomes mais sofisticados como, por exemplo, “troca de favores”, para grandes marajás se sustentarem no poder.

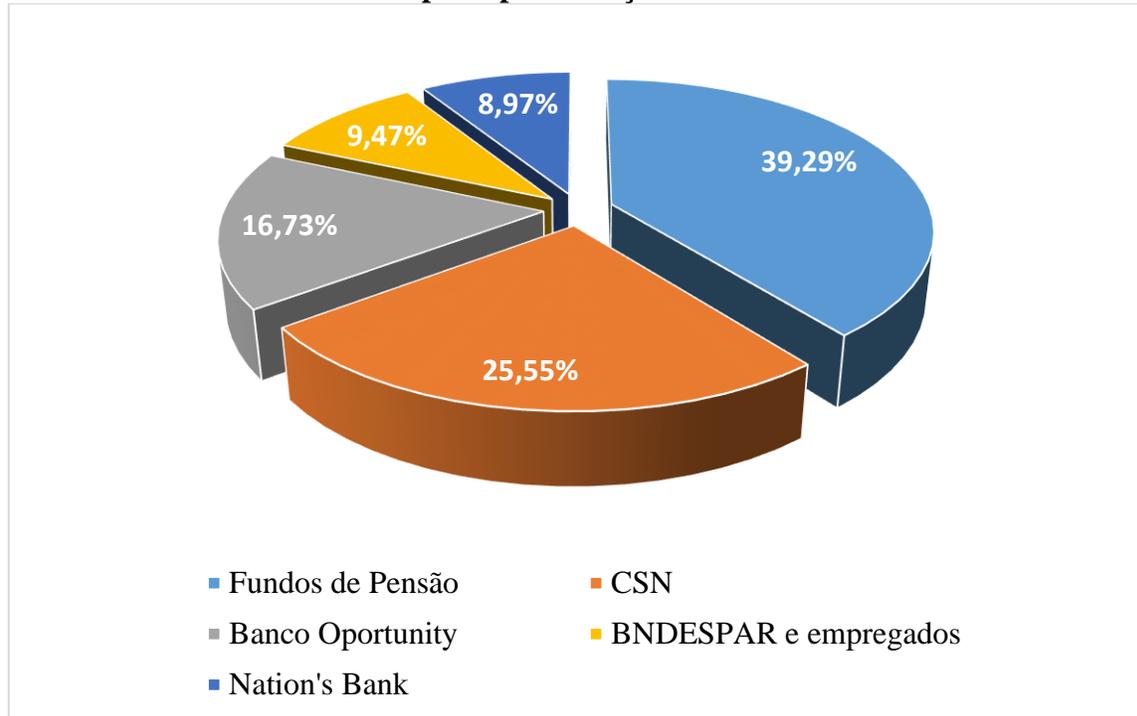
A privatização tanto da CVRD quanto da Usiminas demonstra claramente que não se levam em conta questões puramente econômicas, “estas privatizações ocorreram por imposição dos interesses dos grupos econômicos que das empresas estatais sempre quiseram se apropriar” (ALMEIDA, 2009, P.210). As estatais citadas possuíam grandes lucros, grandes potenciais de crescimento, eram reconhecidas mundialmente, e contribuía através dos seus grandes empreendimentos para o desenvolvimento do país.

A forma de atrair capital nessa nova performance dos anos 1990, era “colocar à sua disposição as grandes riquezas acumuladas no setor produtivo estatal. Esta é a forma como o

governo atrai o capital financeiro com o objetivo de manter o equilíbrio da balança comercial” (ALMEIDA, 2009, P. 211).

A nova composição da CVRD após sua privatização é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Divisão da CVRD após a privatização



Fonte: Almeida 2009, adaptado.

Os fundos de pensão do governo foram decisivos na vitória do grupo vencedor, representado 39,29% do capital total da CVRD.

Alguns estudos como Almeida (2009) e Vivian (2007) citam que a CVRD possuía participações em outras empresas que foram privatizadas em anos anteriores, como a Usiminas, Açominas, Light Serviços de Eletricidade, Siderar na Argentina, CST, e CSI na Califórnia, além da própria CSN.

Após a privatização em 06/05/1997, o novo Conselho de Administração da mineradora foi composto por quatro representantes da iniciativa privada (três da CSN e um do Opportunity), quatro dos fundos de pensão (três do Previ e um do Funcef) e um do clube de investimentos dos empregados (FGV, 2019, S/P). A presidência do conselho foi ocupada por Benjamin Steinbruch, que já comandava a CSN e a Light.

Steinbruch adotou um novo modelo de gestão copiado da CSN¹⁶, junto com a mudança na estrutura organizacional veio o programa de demissão voluntária, diminuindo a capital humano da CVRD de 15.500 funcionários em maio para 10.800 no fim do ano (FGV, 2019, S/P).

Ainda em 1997, antes da privatização, a estatal conseguiu um lucro de R\$ 756 milhões, representando um crescimento de 46% em relação ao ano anterior, devido aos investimentos que a empresa fez, como direito de exploração da malha ferroviária em quase todo o país, (FGV, 2019, S/P).

Em 1998, o lucro chegou a R\$ 1,029 bilhão, o maior resultado obtido por uma empresa privada brasileira. A amortização e o pagamento de juros sobre empréstimos tomados para a implantação do projeto Carajás caíram significativamente, tendo um peso determinante no balanço da empresa. O custo da dívida de Carajás passou de US\$ 550 milhões para US\$ 72 milhões. O lucro da Vale em 1999 alcançou a marca de R\$ 1.251 milhões, com crescimento de 21% em relação ao ano anterior, (FGV, 2019, S/P).

Steinbruch ficou na presidência do conselho da CVRD até o ano de 2000, o motivo da saída da presidência foi a separação acionária entre a Vale¹⁷ como é chamado atualmente e a CSN, provocada por conflito de interesses entre as duas empresas, demonstrado por sucessivos embates entre Steinbruch e seus sócios, em especial, a Previ, detentora da maioria das ações da Litel na *holding* Valepar. Com isso o governo promoveu em 2000 uma intervenção com o objetivo de reorganização acionária da empresa (FGV, 2019, S/P).

Finalizando o processo de alienação da CVRD em 2002:

Em março de 2002, foi realizada a oferta pública global de ações ordinárias da CVRD de propriedade do Tesouro Nacional e do BNDES, sendo alienadas 78 milhões de ações correspondentes a 31,5% do capital votante da empresa. As ações foram adquiridas por investidores institucionais de 17 países, incluindo o Brasil, e por quase 800 mil pessoas físicas no Brasil que, em sua grande maioria, utilizaram recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As propostas de uso do FGTS ultrapassaram em mais três vezes o limite de R\$ 1 bilhão estabelecido pelo governo, obrigando a realização de um rateio entre os interessados. Com essa operação, o governo Fernando Henrique Cardoso completou o programa de desestatização da mineradora. O montante da venda atingiu R\$ 4,434 bilhões (US\$ 1,896 bilhão). Na mesma ocasião, as ações da CVRD começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, sob a forma de American Depositary Receipts (ADRs), (FGV, 2019, S/P).

7.1.4.2. A Privatização Do Sistema Telebrás

¹⁶ Organizando a empresa em quatro unidades de negócios: Minério, Alumínio, Papel e Celulose e Centro Corporativo.

¹⁷ Mudou a sigla para a Vale em 2007, mantendo a razão social.

A Telebrás possuía uma operadora de suas subsidiárias em cada estado do país, além de uma operadora municipal e uma de serviço de longa distância, que era a Embratel, (NOVAES, 2000).

No momento da privatização, de acordo com Novais (2000), a Telebrás detinha 80% do controle sobre o capital votante e 67% do capital total de sua subsidiária.

A privatização da “joia da coroa”, como Souza (2008) chama, foi em 1998, alienada por US\$ 22,2 bilhões, sendo que, de acordo o autor, avaliações anteriores estimaram seu preço entre US\$ 100 a US\$ 115 bilhões. Já na avaliação realizada pela empresa contratada pelo governo, segundo o autor, foi estabelecido o valor total de US\$ 65 bilhões com suas ações valendo US\$ 13,5 bilhões.

Na alienação da Telebrás houve várias denúncias de irregularidades e favorecimentos assim (tal como o caso da CSN, já descrito anteriormente), segundo Souza (2008). Além do mais, significou a desnacionalização das telecomunicações brasileiras, “sendo que 76% do valor das ações foram arrematadas por grupos estrangeiros, em suaves prestações anuais e juros de 12% ao ano, quanto a entrada de 40% do valor, metade seria financiada pelo BNDES”, (SOUZA, 2008, P. 248).

Segundo Novais (2000), no ano de 1995:

O faturamento líquido anual da Telebrás era da ordem de US\$ 7,5 bilhões, e a empresa controlava 95% das linhas telefônicas brasileiras. O controle das ações com direito a voto era detido pela União que possuía 52,2% das ações ordinárias e 23% do capital total da Telebrás. Os investidores estrangeiros detinham cerca de 27% do capital total da Telebrás. (NOVAIS, 2000, P.152).

Ainda segundo a autora, depois da privatização a participação do governo caiu para 51,79% do capital ordinário, totalizando 19,26% do capital total, e 3,68% do capital preferencial, o que significava 2,17% do capital total, já a participação estrangeira aumentou para aproximadamente 40%.

Visando o futuro após a privatização da estatal, houve a necessidade de criação de uma agência reguladora para definir as regras do jogo visto a abertura do setor para novas empresas, com isso através da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472 de 16 de julho de 1997), foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a lei concedeu flexibilidade administrativa e independência financeira, (NOVAIS, 2000).

O governo deu a Anatel a importante missão de preparar o sistema Telebrás para sua alienação, contudo foi criado o Plano Geral de Outorgas, aprovada em 12/02/1998 e o Plano Geral

de Universalização do Serviço de Telecomunicações este através do decreto 2.592 de 15 de maio de 1998, (NOVAIS, 2000).

O Plano Geral de Outorgas dividiu o Brasil em quatro áreas para prestação de serviço de telefonia fixa para facilitar a privatização, quais sejam:

São Paulo, área de atuação da Telesp; b) as regiões Norte e Nordeste, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, constituíram a Tele Norte-Leste; c) região Centro-Oeste, o estado do Paraná e Santa Catarina, constituíram a Tele Centro-Sul, e d) o território nacional para efeitos de telefonia de longa distância, área de atuação da Embratel (NOVAIS, 2000, P. 159).

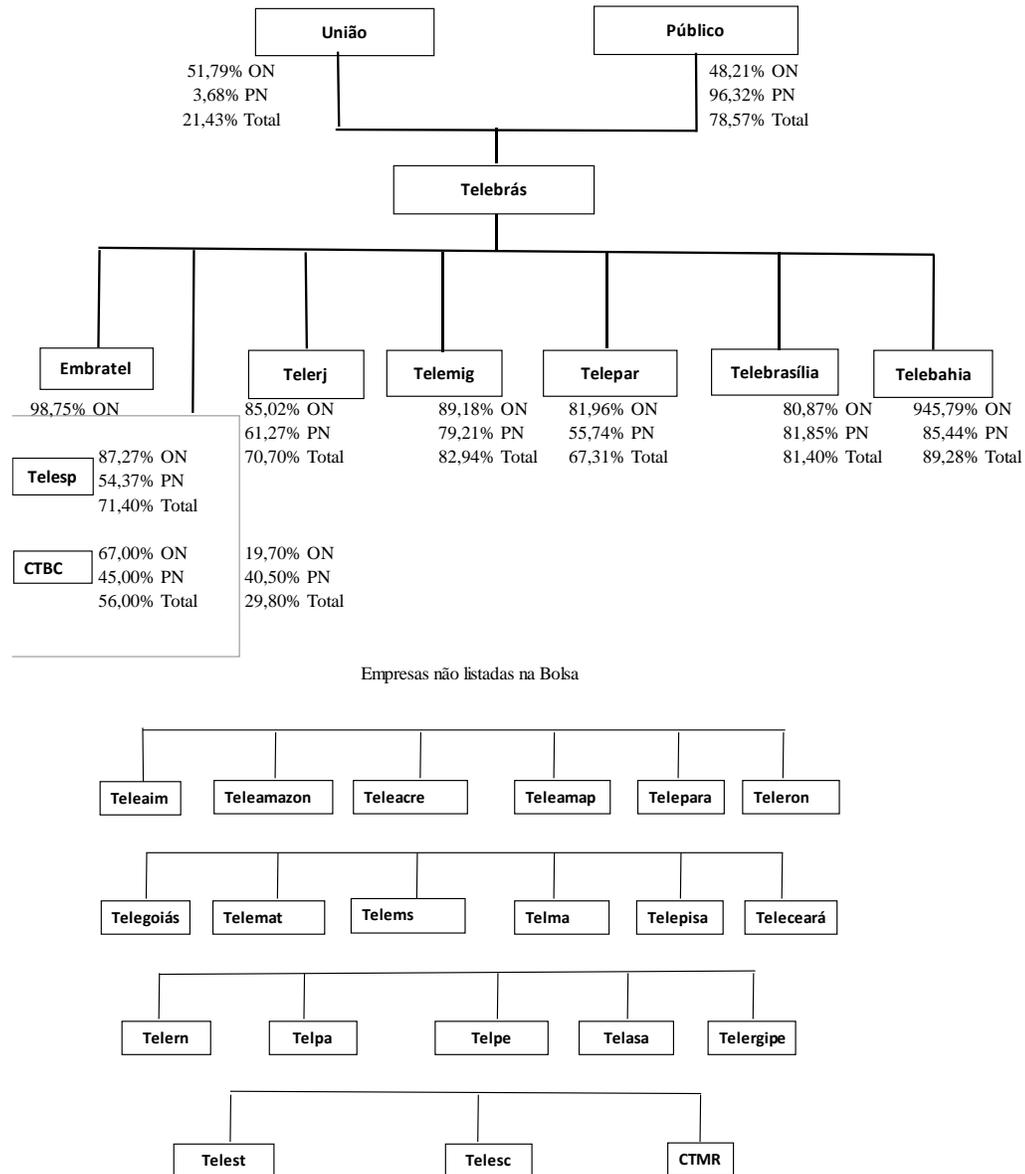
Já o Plano Geral de Universalização do Serviço de Telecomunicações estabeleceu metas em números de telefones instalados, telefones públicos, e prazo para o atendimento da demanda dos consumidores. As metas deveriam ser atingidas pela Embratel e pelas empresas que resultaram da divisão da Telebrás (NOVAIS, 2000).

A autora acima citada destaca que entre 1994 e 1997, o governo se empenhou em melhorar a produtividade do Sistema Telebrás, cortando custos e reduzindo o quadro de funcionários.

O crescimento anual estava em 16%, a receita média por linha aumentou em 19%, aumentando a importância do serviço celular na receita total da empresa de 4,5% em 1994 para 20% em 1997, o custo caixa médio, com exclusão da despesa de depreciação, caiu 15%, houve uma melhora de produtividade entre os anos em questão de 46%, no entanto o número de empregados diminuiu de 95,6 mil em 1994 para 87,3 mil em 1997, o número de linhas fixa em serviço aumentou de 11,2 milhões para 15,4 milhões, (NOVAIS 2000, P. 169).

Ainda de acordo com a autora mencionada, o sistema Telebrás foi um sistema complexo para a realização da privatização devido a estatal ser uma *holding* de várias empresas, e cada empresa menor (subsidiária) possuir vários sócios, conforme disposto no o diagrama abaixo:

Figura 2: Estrutura da Telebrás e sua participação acionária nas subsidiárias



PN = ação preferencial

ON = ação ordinária

Nota: A Embratel não tem ações preferenciais.

Fonte: Novais (2000, P. 164-165)

O modelo de privatização escolhido para alinhação do Sistema Telebrás foi o modelo de cisão seguido de privatização, pois garantia o direito dos acionistas minoritários, assegurava ao governo o prêmio de controle na privatização e criava condições para o estabelecimento de um regime competitivo (Novais, 2000). A Telebrás foi dividida:

(...) em três grandes empresas de telefonia local fixa: Telesp, Tele Norte-Leste, Tele Centro-Sul, além da Embratel, e oito empresas de telefonia celular – Telesp Celular, Tele Sudeste, Telemig Celular, Tele Sul Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Centro-Oeste Celular, Tele Norte Celular, Tele Leste Celular (NOVAIS, 2000, P.167).

A tabela abaixo apresenta o preço mínimo de venda, o preço ofertado, e os consórcios compradores. As doze empresas somaram, de acordo a tabela abaixo, o montante de R\$ 22,58 milhões.

Tabela 05: Leilão de privatização do STB — julho de 1998

Preço em R\$ milhões

Empresa	Preço Mínimo	Preço Ofertado	Consórcio	Ágio (%)
Telcsp Participações	3.520	5.783	Telefonica de Espanha/Portugal 'Telccom, Iberdrola, Banco Bilbao y Viscaya	64,28
Tele Centro Sul Participações	1.950	2.070	Telecom Itália	6,15
Tele Norte Leste Participações	3.400	3.434	Andrade Gutierrez/Incpa, Sul América Seguros, funcef, Antônio Dias Leite e Aliança da Bahia	1,00
Embratel Participações	1.800	2.650	MCI	47,22
Telesp Celular Participações	1.100	3.588	Portugal Telecom	226,18
Telemig Celular Participações	230	756	Telesystem, Fundo de Pensão e Opportunity	228,70
Tele Sudeste Celular Participações	570	1.360	Telefónica de España, Iberdrola, Irochu e NIT	138,60
Tele Celular Sul Participações	230	700	Globo, Bradesco e Telecom Itália	204,84
Tele Ccmro-Oeste Celular Participações	230	440	Grupo Beldi (Splice)	91,30
Tele Nordeste Celular Participações	225	660	Globo, Bradesco e Telecom Itália	193,83
Tele Norte Celular Participações	90	188	Fundos, Opportunity e Telcsystem	108,88
Tele Leste Celular Participações	125	428,8	Telefónica de España, Iberdrola	242,40
Total da venda	13.470	22.058		63,76

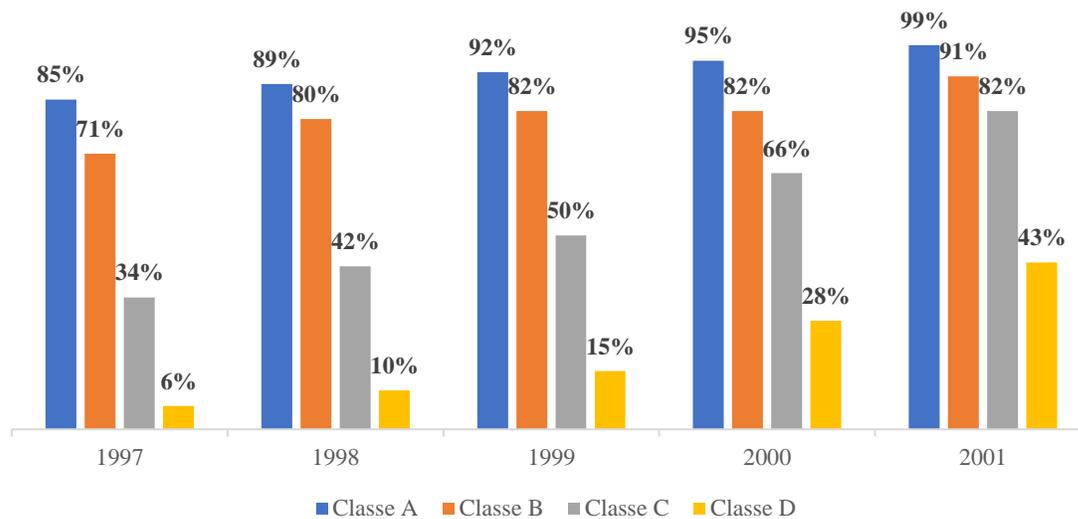
Fonte: BNDES - Resultados do leilão (1998: 1)

<http://www.mc.gov.br/AreasAmacao/Privatizacao/dataroom.htm>

Apud: Fascina (2002) adaptado

Segundo Fascina (2002), a privatização da *holding* Telebrás obteve sucessos e fracassos. O grande sucesso foi a disseminação do serviço de telefonia para classes menos favorecidas, diminuindo a distância que havia entre os ricos e os pobres em relação a telecomunicação. O gráfico abaixo mostra o aumento do número de domicílios com telefones na região atendida pela Telemar, sendo a região com menor PIB *per capita* do Brasil em 2001.

Gráfico 4: Percentual de domicílios com Telefone (área da Telemar) de 1997 a 2001



Fonte: Telemar — retirado do relatório da Gazeta Mercantil — 23/08/2001.

Apud: Fascina (2002) adaptado

As porcentagens são baseadas em cada classe¹⁸, percebe-se a partir dos anos o aumento de domicílios com acesso a telefone aumenta em todas as classes, não só apenas nas classes mais pobres da sociedade (apesar das classes C e D apresentarem crescimentos mais expressivos no período em questão, de 48 e 37 pontos percentuais, respectivamente).

Segundo Fascina (2002) outro grande resultado foi a queda do sistema de autofinanciamento antecipado, devido segundo o autor:

O usuário pagava antecipadamente mais de R\$ 1.100 por uma linha que seria instalada a partir de 24 meses, sendo que nos grandes centros urbanos, o preço desta linha telefônica no mercado secundário chegava a R\$ 4 mil. Hoje em dia é possível instalar uma linha telefônica por menos de R\$ 100 em menos de um mês. Já na telefonia celular, a expansão da oferta de acessos móveis (pré-pagos e pós-pagos) elevou-se em 80,2% entre junho de 1999 e junho de 2000,(FASCINA, 2002, P.56).

¹⁸ As classes são classificadas de acordo a renda, classe A, a partir de R\$ 11.262, classe B, de R\$ 8.641 a R\$ 11.261; classe C, de R\$ 2.005 a R\$ 8.640; classe D de R\$ 1.255 a R\$ 2.004 e classe E de 0 a R\$ 1.254.

De um ponto de vista geral, pode-se observar que a privatização das telecomunicações acabou por promover a universalização desses serviços, além de melhorar a sua qualidade e ampli-lo, como destaca FASCINA (2002).

Contudo, a privatização não conseguiu êxito até o momento, em promover a concorrência no setor, o que pode levar ao monopólio, conseqüentemente preço elevados dos produtos. Segundo Fascina (2002) o setor exige grandes investimentos em função da necessidade de escala, pela falta de portabilidade e dificuldades de interconexão entre as empresas. No setor de telefonia móvel apareceu uma pequena concorrência tendendo a ser de curto prazo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as privatizações mais expressivas da economia brasileira na década de 1990, por se tratar de empresas tão importantes de diferentes setores estratégicos. Considera-se a grande relevância que a década 1990 teve para o Brasil, no qual determinou o rumo da economia do país com o controle da inflação e a implantação da nova moeda, o Real.

É um tema debatido até os dias atuais, dividindo opiniões de especialista e da sociedade como um todo. Foi discutido a forma como foi realizada a privatização das principais empresas privatizadas no período estudado, levantando dados de antes e depois do processo de privatização, valores estimados e valores reais da privatização.

Observou-se que foram realizados grandes investimentos do governo, a partir de Getúlio Vargas, para a criação das estatais com o objetivo de atender o crescimento e desenvolvimento do país, produzindo através da substituição de importações o que o setor privado precisava para a sua produção e conseqüentemente seu crescimento.

Após a criação de importantes estatais dos setores estratégicos, de suma importância para o crescimento e desenvolvimento do país, ao invés de promover o seu fortalecimento, desenvolvimento tecnológico, conseqüentemente aumentando os retornos, o governo utilizava para cumprir seus planos de governo, realizando manobras políticas, deixando as empresas limitadas.

A CSN é um exemplo de estatal prejudicada com planos de governo de contenção da inflação, que não obtiveram êxito. Por falta de utilização correta dos seus potenciais, sem concorrentes nacionais, algumas estatais, incorriam em dívidas, chegando a década de 1990 sucateadas. Foi o caso da , CSN, Telebras, dentre outras.

O Brasil por não encontrar opções para honrar com seus pagamentos da dívida externa foi adotando as políticas neoliberais, pregadas pelo Consenso de Washington (liderado pelo EUA, com o apoio do Banco Mundial e o FMI).

O governo foi se desfazendo do grande patrimônio público brasileiro, sem preservar nenhum setor, abrindo o seu subsolo para capital estrangeiros especulativo, no qual se a economia do país não se recuperasse, os investidores estrangeiros retiravam seu capital do país, procurando outros mercados para investir.

Empresas altamente produtivas, símbolos da soberania nacional, conhecidas internacionalmente, como a CVRD e a Usiminas, foram privatizadas, ainda por cima utilizando

financiamentos do BNDES, banco criado para financiar os grandes investimentos de longo prazo, como as estatais, foi responsável pela criação e desenvolvimento dos setores brasileiros (I, II, III), como pela sua alienação.

No governo FHC, foi implantado o Plano Real, criando uma nova moeda de circulação (o real), parte da estratégia de controlar a inflação. A política de supervalorização do Real e a redução das alíquotas de importações, que sustentavam a âncora cambial, estratégia fundamento do plano, demandava a política de juros altos para atrair capital especulativo, fazendo com que a política de desestatização da economia não sortisse efeito no objetivo de financiar o balanço de pagamentos. A entrada das empresas estrangeiras no país, aumentou o passivo externo.

O colapso do Plano Real acabou demandando uma nova estratégia de controle da inflação, baseado no Sistema de Metas de Inflação, implantado em 1999, no qual permanecia com juros elevados, o Banco Central ganhou maior liberdade para praticar política monetária visando o alcance da meta de inflação estipulada. O grande respaldo foi para a política fiscal, pois aumentando os impostos ou reduzindo os gastos, fazendo com que o saldo da balança de pagamentos aumentasse através das Rendas primárias, para assim o Brasil honrar com seus compromissos junto aos credores, principalmente o FMI.

Esse enredo sobre o balanço de pagamentos foi para demonstrar que a desestatização da economia foi insuficiente para reduzir a dívida externa brasileira.

Com a privatização das estatais, a taxa de desemprego que estava elevada, aumentou mais ainda, com os programas de demissão voluntária, ou apenas por corte de gastos.

O desempenho das agora empresas privadas aumentaram consideravelmente, os novos dirigentes realizaram investimentos em tecnologia, algumas financiadas pelo BNDES. Empresas como a CVRD e a Usiminas, dispararam no mercado com a utilização correta dos seus potenciais.

Segundo Salinas (2013), as siderúrgicas privatizadas ganharam em agilidade, passaram a ser mais orientadas para o cliente, receberam maiores investimentos direcionados à pesquisa e desenvolvimento, adotaram mais respeito à rentabilidade, redução de custos e produtividade, maior liberdade, sem a interferências políticas e restrições administrativas, comerciais e financeiras. Outra grande vantagem foi a possibilidade de investimentos, até mesmo com o apoio do BNDES, buscando diminuir a defasagem tecnológica.

Devido as políticas neoliberais, em que as privatizações é uma delas, foi necessário o desenvolvimento de políticas sociais, devido ao crescimento do desemprego, redução do poder de

compra com a queda dos salários. Anderson (1995) enfatizou à época que escreveu o artigo Balanço do Neoliberalismo antes mesmo de 1999, que “o aumento dos gastos sociais com o desemprego, custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões” (ANDERSON, 1995, P. 07).

Com a utilização do ideário neoliberal, escrito no Consenso de Washington praticado na década de 1990 obteve êxito no controle da inflação, no entanto, aumentou a desigualdade social concentrando mais a renda.

Não obteve êxito em alguns setores no aumento ou instituição da concorrência, algo de suma importância para o contínuo aperfeiçoamento dos trabalhos e serviços ofertados ao consumidor, é o caso das telecomunicações, que apesar de ter trazido benefícios com a privatização do sistema Telebras, como mais acesso a telefonia móvel, canais de televisão abertos, melhores resoluções, continuou sendo um monopólio, porém, agora do setor privado, apenas desmembrada em várias outras subsidiárias.

Contudo Anderson (1995), afirma que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (Anderson, 1995, p. 13).

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Donato de AL64 Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-199 Manoel Donato de Almeida Campinas, SP: [s. n.], 2009.

ANDERSON, Perry, Balanço do neoliberalismo, (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.). 1995.

ANGNES Cláudia, Buffon Marciano e Morigi José Valdir. Evolução do papel do Estado na promoção dos direitos sociais, revista destaques Acadêmicos, ano 3, n. 2, 2011 - CCHJ/Univates.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro/ Argemiro J. Brum. 26. Ed- Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2009. 571p.

BRASIL. Lei Nº 8.031, lei 12 de abril de 1990 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>. <acessado em 21/06/2019>

BRASIL, DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015, <acessado em 22/10/2019>

BERNARDES, Roberto. O caso Embraer – privatização e transformação da gestão empresarial: dos imperativos tecnológicos à focalização no mercado / Roberto Bernardes. __ São Paulo: CYTED: PGT/USP, 2000.

DRAIBE, Miriam Sônia. O WELFARE STATE NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS, 1993.

FONSECA, Vinícius Paulus da. Embraer: um caso de sucesso com o apoio do BNDES, publicado na revista do BNDES, 2012.

FASCINA, Alexandre. DE ALEXANDRE GRAHAM BELL À ANATEL, 2002.

FAGNANI, Eduardo, Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/921, 1997.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2008. Sexta edição. Editora Atlas S. A.

HUNT, E.K, História Do Pensamento Econômico, Uma Perspectiva Crítica, 2013.

HARVEY David. O Neoliberalismo, Histórias e implicações. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2008.

IRINEU de Jesus Tiago. A DESESTATIZAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL, E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 16, n. 42, jan. /mar. 2016.

KEYNES, John Maynard. A teoria do emprego, do juro e da moeda/John Maynard Keynes tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador – 1. Ed. 14. Reimpr - São Paulo: Atlas, 2009.

_____, John Maynard, A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, Apresentação de Adroaldo Moura da Silva, tradução de Mário R. da Cruz, revisão técnica de Cláudio Roberto Contador, Tradução dos Prefácios de Paulo de Almeida. Editora Atlas S.A., São Paulo, 1996.
MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. IPEA, 2001.

MIDIC, 1996, O BNDEs e o Plano de Metas disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>, 2012 <acessado em 15/10/2019>.

MILL, Stuart John, PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social, Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria de Raul Ekerman, Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo. Os Economistas, Vol III 1996.

MOREIRA, R. L. CSN, uma decisão política 2002 (MÍMEO), disponível em
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN> <acessado em 12/11/2019>.

NOVAES, Ana. "Privatização do setor de telecomunicações no Brasil". In PINHEIRO, Armando Castelar & Fukasaku, Kiichiro (org). "A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública". Rio de Janeiro, BNDES-OCDE, fevereiro de 2000.

NEVARES, Porciúncula Eugênia, O IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: OCASOCSN, 1997, publicado em
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3612/000082998.pdf?sequence=1&isAllowed=y> <acessado em 11/12/2019>.

PEIXOTO, Paulo, Privatizada, Usiminas ampliou negócios e ficou mais lucrativa, publicado Folha de São Paulo, 29 de abril de 1997, disponível em :
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290413.htm>, <acessado em 21/11/2019>

RODRIGUES Lopes Henrique Carlos e JURGENFELD Follmann Vanessa. Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017.

SALINAS, Iglesias Marcelo, 2003, O Setor Siderúrgico Brasileiro: 10 Anos /de Privatização. Fonseca, da Rocha, Vinícius, Embraer: Um caso de sucesso com o apoio do BNDES.

STRECK Luiz Lenio, Morais Bolzan de Luis José. Ciência Política e Teoria do Estado- 8. Ed, revista e atualizada, 2014.

SMITH, Adam A RIQUEZA DAS NAÇÕES, Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas, Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria de Winston Fritsch, Editora Nova Cultural Ltda, Os Economistas, Vol 1, 1996.

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula-2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VALE, Nossa História, 2012, disponível em: http://www.vale.com/pt/aboutvale/book-our-history/documents/livro/vale_livro_nossa_historia_cap2.pdf. <acessado em 11/12/2019>

VIVIAN, Santos, Viviane Santos, AS DUAS CSNs: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, 2007.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>, <acessado em 19/11/2019>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>, <acessado dia 11/10/2019>
<http://www.vale.com/pt/aboutvale/book-our>.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>, <acessado em 13/10/2019>

https://www.telebras.com.br/inst/?page_id=41, <acessado em 17/10/2019>

<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/telebras>, <acessado em 7/10/2019>

<http://www.planalto.gov.br>, <acessado em 22/10/2019>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/itabira-iron-ore-company>, <acessado em 03/12/2019>